

Entrevista: Mendonça de Barros

paraná cooperativo

Ano 2
Número 18
Fevereiro - 2006



R\$ 50,00

R\$ 45,00

R\$ 40,00

R\$ 35,00

R\$ 30,00

R\$ 25,00

jan/03
R\$ saca/soja

jan/06
R\$ saca/soja

SAFRA DE PREJUÍZOS

Estudo realizado pela Ocepar aponta uma queda de renda dos agricultores de 111%

Mais um produto da nossa terra para a sua mesa

A Cocamar é uma família. Uma família que faz de um jeito diferente.

Que cuida e está comprometida com todas as etapas do processo

produtivo, desde plantar as sementes na terra até o momento em que

o produto chega na mesa do consumidor. Que respeita e vive em

harmonia com o meio ambiente. Que pesquisa, cria, desenvolve

e se envolve com um mercado cada vez mais exigente. É essa família

que tem o orgulho de apresentar o seu novo filho: o Creme de Soja

Purity. Uma inovação, uma revolução, algo inédito em todo o País.

Um produto para a gente bater a mão no peito e se orgulhar.

Mais um produto com o compromisso de fazer melhor tudo que faz.

livre de colesterol • livre de lactose
rico em proteínas essenciais para a saúde



Falta de medidas pode prejudicar economia

João Paulo Koslovski

Presidente do
Sistema OCEPAR



A perda de renda da agricultura brasileira, especialmente a partir de 2003, começa a apresentar reflexos diretos em toda a economia. O baixo crescimento do Produto Interno Bruto em 2005 foi fruto do inexpressivo desempenho da agropecuária. A participação do agronegócio no total das exportações brasileiras caiu de 40,4% em 2004 para 36,9% em 2005, com uma redução de 3,5 pontos percentuais. É importante considerar que ainda não sentimos toda a intensidade dos reflexos da crise e que o saldo da balança comercial só tem sido positivo em função do superávit do agronegócio.

O cenário tem sido perverso para o setor: valorização em 39% do real frente ao dólar entre janeiro de 2003 a fevereiro de 2006; queda de 33% dos preços dos principais produtos no mesmo período; condições climáticas adversas que comprometeram cerca de 20% da produção das últimas duas safras com perdas de **dez milhões** de toneladas de produtos só no Paraná. O resultado desses fatores negativos foi a perda do poder de troca da agricultura em relação aos fatores de produção, que atingiu 33,4%, entre 2003 e 2005. A falta de políticas públicas de apoio à comercialização da produção primária, insuficiência de crédito rural, juros incompatíveis

e a inexistência de um seguro de renda da atividade primária completam um quadro dramático vivenciado por milhares de agricultores brasileiros, muitos em situação de total falência.

Não resta a menor dúvida de que os reflexos negativos expressos nos percentuais de crescimento do PIB e do setor nas exportações se agravarão a médio prazo se o Governo não implementar políticas públicas de amparo ao agronegócio neste período de dificuldades. O desemprego na agricultura já começa a se apresentar como o grande drama para as cidades do interior.

Mas, apesar do esforço que tem sido feito pelas instituições representativas do setor, da comissão da agricultura da Câmara Federal e das manifestações dos próprios agricultores em defesa de medidas para minimizar a crise, o Governo Federal, principalmente o Ministério da Fazenda, tem se mantido inacessível.

O que não dá para entender é a razão da demora na adoção de medidas que são imprescindíveis neste momento. Será que o governo deseja reduzir o plantio, enxugar os empregos no campo, exportar menos e, assim, inviabilizar o agricultor?

É preciso lembrar que nenhum setor da economia brasileira deu, nestes últimos anos, semelhante contribuição ao Brasil como o agronegócio. O maior superávit na balança comer-

cial foi graças às exportações do agronegócio e também, até 2004, foi o que sustentou o crescimento do PIB brasileiro. Até quando os setores da economia brasileira poderão contar com políticas públicas anunciadas, regulamentadas, mas jamais cumpridas?

O exemplo mais claro está no não-cumprimento da política de garantia de preço mínimo, pois, sistematicamente, o governo não tem recursos para cumprir com essa sua responsabilidade.

Os agricultores desejam, urgentemente, um programa de renegociação das dívidas rurais, de forma que não se acumulem dívidas que já venceram ou estão vencendo. A longo prazo torna-se fundamental a análise e busca de soluções para o endividamento. É preciso também estabelecer novos mecanismos de captação de recursos para o setor, já que o volume de recursos alocados ao setor tem sido reduzido sistematicamente.

Por fim, é preciso ter em mente que a falta de políticas públicas para a agricultura vai causar, em primeiro lugar, grandes prejuízos aos agricultores. Mas os reflexos serão sentidos, em seguida, em todos os setores da economia, com grande intensidade. Assim, o governo provará o gosto de sua imprevidência e desatenção com o setor primário da economia, que é a base da multiplicação de empregos e da produção de riqueza aos demais setores.

Cenário de crise tem que ser revertido

O campo, grande gerador de riquezas do Paraná, Estado de privilegiada vocação agrícola, está assombrado pela crise. As dificuldades podem reduzir diversos postos de trabalho. A desvalorização do real frente ao dólar e a queda dos preços agrícolas têm tirado a paz e o sono dos produtores. A queda na renda dos agricultores chegou a 111%, um percentual preocupante. O medo é que problemas conjunturais evoluam para uma situação estrutural.

O atual cenário traz números sombrios. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio nacional teve a maior redução da última década. Foram R\$ 18,08 bilhões a menos. Para se ter uma idéia, esse montante é próximo ao Orçamento do Estado do Paraná neste ano, que prevê todos os programas e investimentos do Estado para o ano.

Em 2004, o PIB foi de R\$ 533,98 bilhões e em 2005, a última previsão era de R\$ 515,9 bilhões.

Mesmo assim, com um horizonte escuro, o agronegócio do Paraná mostra sua força.

O Show Rural, a principal vitrine de tecnologia do Brasil, foi bastante procurado pelos agropecuaristas, que buscam na tecnologia de ponta a saída para a redução de custos e o aumento da produtividade. É um exemplo da tenacidade do campo, que busca nas crises cíclicas as soluções para suas dificuldades e obstáculos.

Cascavel foi o palco das novas tecnologias agropecuárias, de 13 a 17 de fevereiro.

Cerca de 300 expositores participaram, atraindo um público de mais de 139 mil pessoas.

7



Na entrevista, Mendonça de Barros alerta que produtores precisam estar preparados para gestão de riscos



12

Crise no Campo: Produtor amarga dívidas e pode demitir

24



Show Rural: Novidades tecnológicas ao alcance dos produtores rurais

20

Entidades apresentam propostas para recuperar a triticultura brasileira

30



Crédito: Programa de capitalização abre oportunidades



40

Biodiversidade e biossegurança são temas de debate nas cooperativas

46

Unimed: Federação inaugura sede própria em Curitiba



35

Pleito da Ocepar sobre fertilizantes é atendido

Errata: na edição especial de Balanço Social, na página 33 (Ação Social), a foto referente à Cooperativa de Crédito Rural Centro Norte é da Unidade de Arapongas, não de Mandaguari, conforme publicado.

SISTEMA **OCEPAR**

Diretoria da Ocepar
2003/2007

Presidente:
João Paulo Koslovski

Diretores:
Alfredo Lang
Frans Borg
Luiz Roberto Baggio
Luiz Lourenço
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Sérgio Luiz Panceri
Luiz Carlos Misurelli Palmquist
Leocir Sartor
Almir Montecelli
Áureo Zamprônio
Valter Pitol
Dilvo Grolli
Edvino Schadeck

Conselho Fiscal:
Titulares:
Jaime Basso
Miguel Rubens Tranin
Nelson Canan

Suplentes:
Gaspar de Geus
Luiz Francisco Gianini
Antônio Sérgio de Oliveira

Superintendente:
José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:
Nelson Costa

Diretoria do Sescop-PR
2003/2006

Presidente:
João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo:
Alfredo Lang
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo
Luiz Lourenço

Suplentes:
Frans Borg
Juacir João Wischneski
Célia Hoffmann
Sérgio Luiz Panceri

Conselho Fiscal:
Titulares:
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Eurico Woitowicz
Gabriel Nadal

Suplentes:
Jacir Scalvi
Carmen Tereza Sagheti Reis
Francisco Augusto Sella

Superintendente:
José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo - Editada pela Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescop-PR. **Cordenação:** Samuel Zanello Milléo Filho. **Redação:** Eloy Setti, Maria Duarte e Ricardo Rossi. **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti. **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Rua Mateus Leme, 575, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3352-2276 / (41) 3352-2080. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br. **Página na Internet:** www.ocepar.org.br. **Capa:** Felipe Rosa. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

CERTIFICADO DE ORIGEM.



Plantando sementes certificadas você começa a ter muitas vantagens desde o plantio: maior potencial produtivo, melhor germinação e variedades tolerantes a certas doenças.

A semente certificada é desenvolvida especialmente, para o solo e o clima de cada região. As procedentes de outros países foram desenvolvidas para outro tipo de solo, plantio e condições climáticas: características

muito diferentes das do nosso estado. Se você quer segurança e rentabilidade, compre sementes com origem garantida. Você ganha tranquilidade e a colheita ganha valor.

Plantando sementes certificadas, quem ganha é você.

OCEPAR
Organização das Cooperativas
do Estado do Paraná



José Roberto Mendonça de Barros

Economista, professor universitário e consultor de empresas

É preciso separar o joio do trigo



No alto da experiência de quem já ocupou cargos importantes, como o de secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre os anos de 1995 e 1998, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, e de Secretário de Comércio Exterior, e por mais de três décadas lecionou na Universidade Estadual de São Paulo (USP), o sócio-diretor da MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros, admite que o agronegócio brasileiro vive um momento extremamente delicado. Para ele, o segundo semestre de 2006 será melhor que o primeiro. O economista acredita numa queda lenta do real frente ao dólar e que medidas urgentes precisam ser tomadas pelo governo. Precisamos separar os produtores que realmente precisam de ajuda daqueles com condições de pagar seus débitos, ou seja, separar o “joio do trigo”. Mendonça de Barros diz ainda que cada vez mais os produtores precisam saber administrar riscos. “Agricultura é risco e no Paraná as cooperativas realizam um bom trabalho junto aos seus cooperados, ensinando sobre gestão de riscos”.

Paraná Cooperativo – O ano de 2005 se configurou como um ano de crise para o setor agrícola, mesmo assim as exportações foram a tábua da salvação para o País. Qual a avaliação que o senhor faz de 2005 para a economia brasileira e para o agronegócio?

Mendonça de Barros – Foi um ano decepcionante como um todo. O IBGE divulgou que o índice de crescimento do ano passado foi de 2,3%. É pouco para o que o Brasil precisa, especialmente se comparado com a média de crescimento do PIB mundial. Para o agronegócio, foi muito pior, o PIB do setor cresceu apenas 0,8%, conforme a própria Ocepar já divulgou em um estudo recente. Os resultados bons estiveram ligados apenas à queda da inflação, ao resultado da balança comercial, que conquistou um superávit acima de US\$ 40 bilhões, e à redução do endividamento externo do País e do governo especificamente. Entretanto, esses resultados tiveram um custo enorme para serem obtidos. E todas essas causas acabaram afetando diretamente o agronegócio.

Paraná Cooperativo – O que ocorreu com a economia no passado que acabou batendo direto no agronegócio?

Mendonça de Barros – As taxas de juros foram muito elevadas, as maiores do mundo em termos reais. O que implicou na valorização do real e o dólar ficou extremamente barato. Assim, os setores que exportam, cujos preços de produtos são determinados pelo mercado internacional, como é o caso do agronegócio, sofreram pesadamente. As margens fo-

ram negativas e foi necessário recorrer aos empréstimos bancários com juros altos. Além disso, tivemos uma alta carga tributária e o descumprimento de contratos de legislação. Os agricultores partiram para o plantio da safra 2005/2006, renegociando dívidas,

croestruturais, mas essa safra de verão ainda está comprometida. Qual a sua opinião sobre o futuro?

Mendonça de Barros – Alguns agricultores estão tendo até a terceira safra com alguma perda. Nessa colheita, se tirar a cana-de-açúcar e o café, a maioria dos preços segue muito fraco. Menos pelos preços internacionais e muito mais pela continuidade da derrocada (queda) do dólar. Para o segundo semestre, aqueles, que conseguirem atravessar este rio de dificuldades, podem ter uma situação melhor, por três razões: a taxa do dólar vai subir, mesmo que lentamente; achamos que, na próxima reunião do Banco Central os juros devem cair mais 0,75%; e até o final do ano, devemos estar com uma taxa na ordem de 14%. O juro baixo atrai menos capital especulativo. Importação e taxa de juros podem estar dando piso para o dólar. Por outro lado, os climatologistas alertam que esse ano pode haver novamente o fenômeno “la niña” que causa seca no hemisfério norte. Se a safra de lá quebrar, podemos ter um piso maior para soja e milho. Pode ser um alento.

Paraná Cooperativo – E quem já está no desespero, não tem recursos para saldar as dívidas?

Mendonça de Barros – Aí não tem mágica, depende do suporte do governo por mais recursos. Cabe ao Ministério da Agricultura avaliar as melhores formas para cada tipo de produto e defender os preços mínimos. A gripe aviária preocupa porque pega a cadeia como um todo, e tem a reação de susto dos consumidores dos países onde ocorreu a doença, que faz despencar o consumo. Quanto à af-



“
Na questão sanitária,
o pior vírus que existe
é quando a política
entra nesse jogo
”

usando recursos próprios e até vendendo ativos e propriedade para poder se manter com o nome limpo na praça.

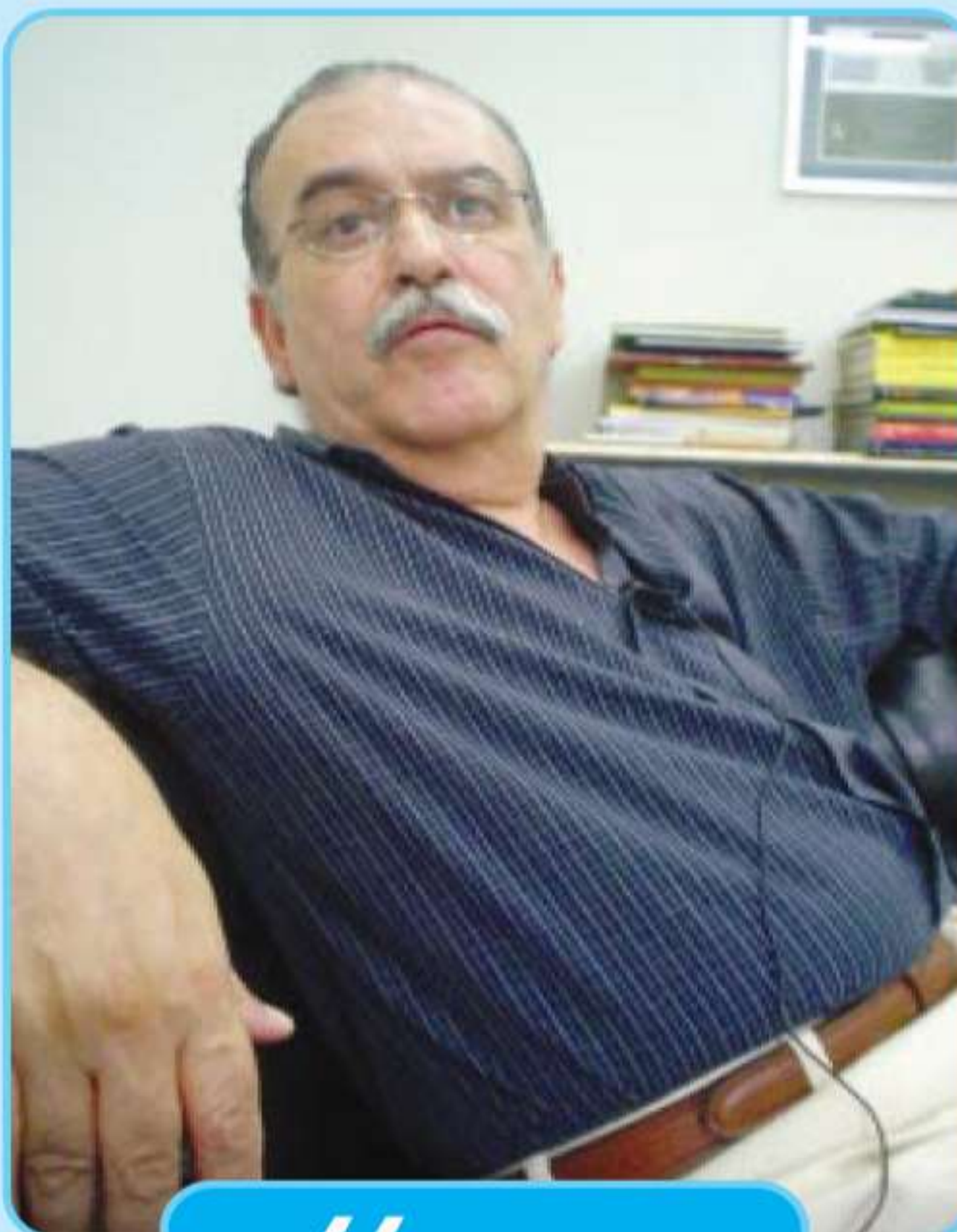
Paraná Cooperativo – O cenário 2006 indica que no PR e RS houve um estancamento das dificuldades macroeconômicas, conjunturais e ma-

tosa, sabemos que os embargos demorarão a ser levantados e o caso do Paraná é o mais problemático pela intransigência das autoridades na tomada de decisão. É bom lembrar que vírus não entende de política. Então, a pecuária está com os mais baixos preços dos últimos tempos. Tem muito agricultor de grão que tem a pecuária como uma espécie de capital de giro e, neste ano, tudo está dentro de um contexto só de dificuldades.

Paraná Cooperativo – Em sua opinião, onde foi que o Brasil errou em relação à questão sanitária e onde não podemos errar em relação à gripe aviária?

Mendonça de Barros – O Governo Federal cortou seguidamente os recursos para a defesa sanitária, tanto os financeiros como humanos. Algumas coisas que não poderiam ser feitas aconteceram, por exemplo, a suspensão das barreiras com o Paraguai. Até as pedras sabem que existe aftosa no Paraguai, trânsito intenso de animais na fronteira seca e que a probabilidade era grande de acontecer o que o aconteceu no Mato Grosso do Sul. O controle de doenças com vacina tem que ser para todo mundo. Em algumas regiões, pela falta de fiscalização, muita gente recorria ao comércio de notas e não de vacina, um absurdo. Temos o exemplo do estado de SC, onde houve um programa específico para índios, pequenas propriedades, etc. O controle era executado por fiscais da defesa sanitária. Nós temos que nos sujeitar às exigências de rastreabilidade e obviamente na questão sanitária, o pior vírus que existe é quando a política entra nesse jogo. No caso das aves, a chamada regionalização é urgente, pois, se um dia

aparecer uma gripe aviária no Amapá, o Brasil vai ser tratado como um ente único. É um trabalho do governo e da sociedade. Tanto é errado o produtor achar que o governo tem culpa, como é errado o governo se eximir de fazer, alegando que o interesse é



“
Para mim, o dólar
está errado porque o
juro está errado

”

do setor privado. No caso da aftosa, eu fiquei muito bravo porque o governo disse que o problema era dos pecuaristas que não faziam direito. Pela Constituição, o controle de fronteira é uma atribuição da União. Não cabe ao Estado controlar fronteira e muito menos ao pecuarista.

Paraná Cooperativo – O câmbio é o calcanhar de Aquiles dos produtores brasileiros. Como resolver isso em curto prazo?

Mendonça de Barros – Quando estive no governo, nós tínhamos justamente a mesma situação, juro alto e dólar barato, e o argumento era que isso aí iria arrebentar com o setor produtivo, como acabou aconteceu mesmo! Hoje, não tem dúvida de que esse problema não se resolve se não começar a baixar o juro. O câmbio valorizado é em larga medida da decorrência do juro muito alto. Precisamos controlar o juro. Em 1996, fizemos a renegociação e o Pesa. Em situações difíceis de preços e produtividade que levam a um acúmulo do endividamento, isto é preciso. Endividamento sufoca o setor e se não há financiamento, o produtor não tem como ir adiante. Isso teve um razoável sucesso naquele momento. Depois daquilo, mesmo tendo crise da Ásia, a agricultura foi bem até o ano passado.

Paraná Cooperativo – O momento é propício para uma nova securitização no setor?

Mendonça de Barros – Eu acho indispensável. Não podemos deixar de reconhecer que tem muito cidadão que poderia pagar suas contas, mas acaba suspendendo o pagamento para ver se entra embaixo do guarda-chuva, da proteção do governo sem necessidade. É preciso separar o joio do trigo, aqueles produtores que realmente precisam, daqueles que se aproveitam da situação. Muitas dessas soluções têm que ser analisadas caso a caso, a meu ver.

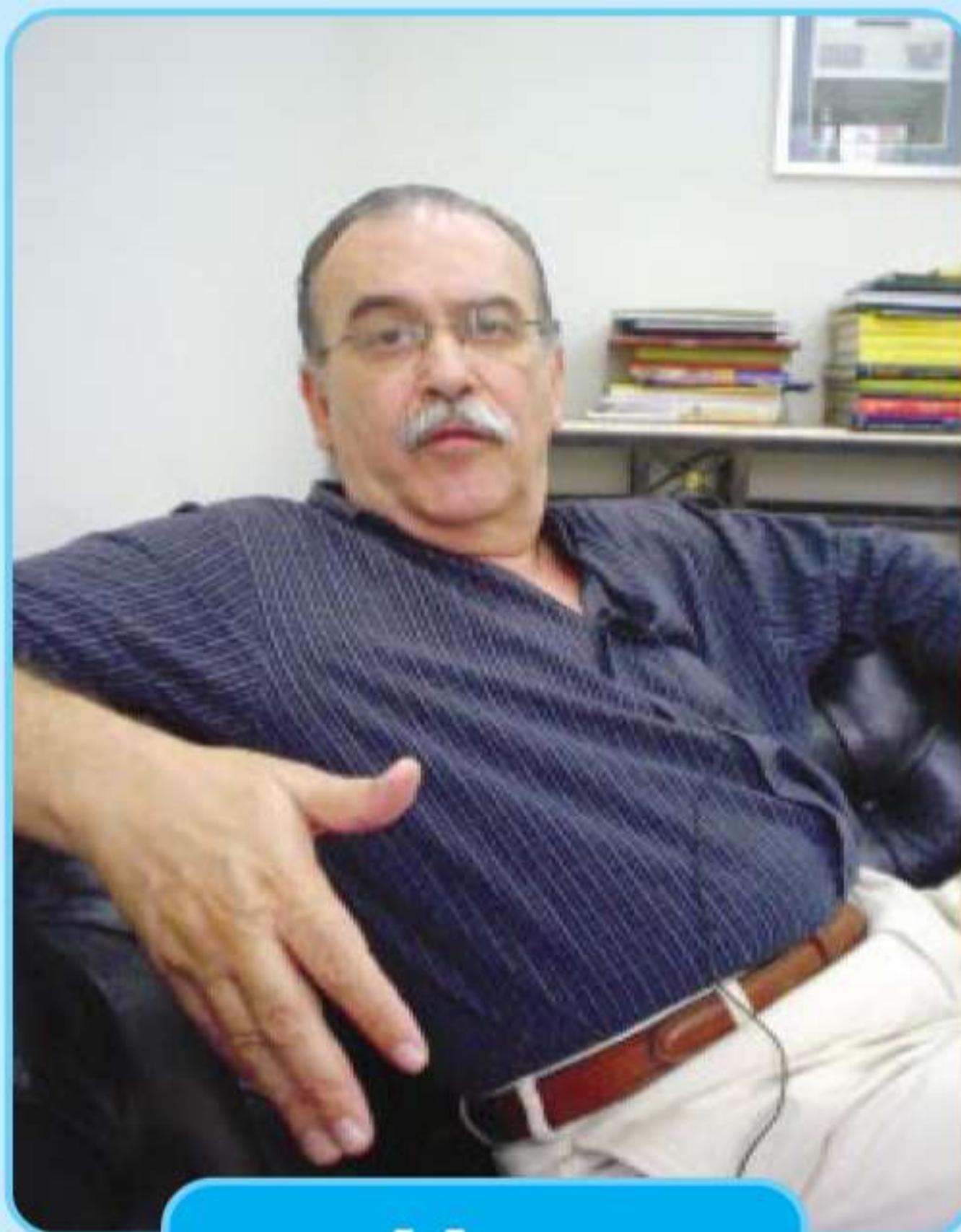
Paraná Cooperativo – Existe uma proposta do senador Renan Calheiros que visa criar regras para o câmbio. Alguns criticam alegando que seria a dolarização da economia. Qual a sua opinião?

Mendonça de Barros – Eu não sou favorável. Acho que o dólar flutuante ainda é o melhor sistema. Essas regras são de difícil administração. Para mim, o dólar está errado porque o juro está errado. Se o juro não baixar, não tem regra boa para resolver o câmbio. Acho que nós precisamos de uma reforma cambial que diminua o custo de importar e o de exportar. O que resolve é crescimento econômico.

Paraná Cooperativo – O Brasil tem uma política agrícola?

Mendonça de Barros – (Risos) Certamente não. Estamos subinvestindo na agricultura em pesquisa, em defesa sanitária. Falta uma definição sobre seguro rural. Qualquer região apropriada para a agricultura tem seis ou sete anos de clima bom e uma vez em cada oito anos um efeito generalizado como agora. É um ano em que as perdas são altas o que faz que o seguro privado fique com um prêmio muito alto em ano normal. O seguro rural que funciona tem o aval do setor público que garante um desconto para as regiões onde acontece o desastre. As empresas especializadas em seguro teriam condições de repassar uma parte do sinistro para redesconto público e, nos anos normais, cabe o segurador privado um prêmio não muito maior que 2% ou 3%. Sem seguro rural é muito complicado. Os agricultores lutam por isso. A gente tem pedaços da política agrícola. Ela não é integrada e completa como deveria ser.

Paraná Cooperativo – Sabendo que essas crises são cíclicas, qual o conselho que o senhor daria para o produtor se precaver e poder continuar na atividade?



“
Nós temos
que aprender a
gestão de risco
”

Mendonça de Barros – Na prática, seja no desenho de suas atividades, seja na gestão da propriedade, é indispensável reserva. Não dá para tentar acertar o pico do preço, tem que fazer o preço médio. O mercado deu uma alternativa, vende um pouco do estoque ou faz uma Cédula do Produtor Rural (CPR).

Tem que aproveitar esses elementos enquanto não está apertado, devendo tudo. Nós temos que aprender a gestão de risco. O sistema cooperativo do Paraná que é forte já evoluiu muito neste sentido, mas acho que tanto os produtores associados como as cooperativas ainda têm que investir muito mais em gestão de risco. Para não ficar nesse tudo ou nada. É preciso certa cautela e, em alguns momentos arriscar e investir um pouco mais. Depois que entrou no problema, é duro de sair da dívida. Percebemos que essas variáveis climáticas serão cada vez mais constantes é preciso saber administrar sob risco também. Profissionalizar cada vez mais os produtores, esse é o caminho que o Paraná está trilhando há muito tempo.

Paraná Cooperativo – Nós temos um agronegócio bastante competitivo, mas que carece de uma infra-estrutura. O senhor vê uma solução a médio e a longo prazo?

Mendonça de Barros – Temos que ser realistas. É difícil. Essa crise vai trazer como consequência a diminuição do raio da agricultura brasileira. Na parte mais norte da nova fronteira, pára de crescer e encolhe por uns dois anos. Acho importante que se generalize a percepção de que nós não vamos resolver o problema da agricultura no Brasil sem a injeção do capital privado. Das 20 melhores estradas do Brasil, levantadas pela Confederação Nacional de Transporte (CNT), 19 estão em SP e 18 são privatizadas. Significa que o Estado não tem mais dinheiro para fazer o que fazia. Então, infelizmente, o Governo Federal acaba passando a imagem de que o Estado faz tudo. Não

vai acontecer. Não vai melhorar agora, mas os Estados mais bem posicionados geograficamente têm tudo para sair na frente.

Paraná Cooperativo – O Paraná tem experimentado um crescimento do cooperativismo de crédito, no último ano fechou com 270 mil cooperados. Isso pode ser uma segunda via para o problema de crédito rural?

Mendonça de Barros – O sistema cooperativo de crédito permite economizar a maior parte do *spread** que é o chamado custo do crédito e é isso que encarece demais o sistema. Acho que tem tudo para continuar a crescer. Poderia ser um parceiro do seguro rural, especialmente quando se fala de unidades menores que são as mais prejudicadas e nas quais o sistema tem que correr mais solto. O sistema cooperativo teria um papel extraordinário nisso.

Paraná Cooperativo – Até que ponto a crise política interferiu na crise do agronegócio?

Mendonça de Barros – A influência maior veio da economia mesmo. Mas eu acho que ela teve certo papel nisso aí, porque primeiro parou o trabalho do Congresso. Quando o parlamento está muito envolvido com os seus próprios problemas, as coisas acontecem na planície e não chegam na área federal. Depois com a crise política, avaliações mais críticas sobre o desempenho do governo, acabam sendo tratadas como coisas partidárias. Eu acho nítido que, tirando o Ministério da Agricultura, o resto do governo demorou demais para perceber que tinha um problema de verdade.

Paraná Cooperativo – O fato de estarmos em um ano eleitoral será benéfico ou preocupante para que as soluções aconteçam?

Mendonça de Barros – Talvez in-



“
**Roberto Rodrigues
evitou que coisas
ruins acontecessem
à agricultura**
”

terfira no sentido contrário. Os candidatos vão procurar votos em todos os lugares, vão ser obrigados a rodar pelas regiões agrícolas também. Espero que isso sirva para tornar a percepção mais clara e que venham soluções para o agronegócio. Soluções na prática e não apenas no discurso.

Paraná Cooperativo – Qual a sua avaliação do desempenho do ministro Roberto Rodrigues?

Mendonça de Barros – Tenho muita admiração pelo Roberto Rodrigues porque ele conhece muito bem os problemas e trava uma luta num ambiente extremamente hostil. Ele evitou que coisas ruins acontecessem à agricultura, por exemplo, a briga dos índices de produtividade. Acho que ele tem um desempenho bastante bom, mas, às vezes, fica travado pelo tamanho do cofre que ele tem para mexer.

Paraná Cooperativo – Que mensagem o senhor deixaria para os produtores nesse momento de crise?

Mendonça de Barros – Dizer a todos que, apesar da crise, nós não deixamos de ter a agricultura mais competitiva do mundo. Os concorrentes sabem disso e têm respeito pela nossa competência técnica. É importante que as cooperativas e os agricultores, os agentes meditem e façam mais esforços na questão de gerência de riscos. Tenho a sensação de que o segundo semestre será melhor que o primeiro. Então, quem puder montar uma estratégia para atravessar um pouco essa pinguela sobre um rio de problemas, vai ser bem recompensado. Além de olhar a gestão de seus negócios, é preciso mostrar para as autoridades a importância de suporte para o setor. Nisso, a Ocepar, através de suas lideranças, tem desempenhado um importante papel, não só em gerenciar recursos, mas também apresentar caminhos alternativos. Foi assim na época de FHC e está sendo assim no governo atual. ■

Falta de renda no campo ameaça emprego

Nem mesmo o início da colheita da safra de verão tem trazido um alento aos produtores rurais paranaenses. Pelo segundo ano consecutivo, eles olham para suas lavouras e só enxergam os prejuízos germinarem e suas dívidas se multiplicarem

Se somarmos a quebra da safra do ano passado (6 milhões de toneladas) com a atual, o setor acumula uma redução de aproximadamente 10 milhões de toneladas, o que equivale quase a metade de uma safra de grãos do Paraná.

Em 2005, o Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro teve a maior redução dos últimos dez anos, R\$ 18,08 bilhões a menos. Em 2004, o PIB foi de R\$ 533,98 bilhões e, em 2005, a última previsão era de R\$ 515,9 bilhões. Quando ao Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, esta redução chega próximo aos R\$ 20 bilhões, ou seja, 10,5% menores, passando de R\$ 188,21 bilhões, em 2004 para R\$ 168,53 bilhões, em 2005.

Preocupado com este cenário, o presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), João Paulo



Preocupações do agronegócio foram levadas ao ministro da Agricultura

Koslovski, lembra que a quebra da safra paranaense não foi motivada apenas pela seca, que mais uma vez assolou várias regiões do Estado. Para o dirigente, além da questão climática, outros fatores também contribuíram de forma decisiva para a queda na rentabilidade do setor, fazendo com que a crise bata mais forte agora à porta dos produtores. “Uma conjunção de fatores, represados pela insensibilidade de alguns setores da nossa eco-

nomia, gradativamente começam desaguar sobre os produtores, fazendo com que milhares deles deixem de ter renda e se descapitalizem. Esta é uma situação que irá provocar uma avalanche de desemprego, tanto no campo como nas cidades”, afirma. Entre esses indicativos, Koslovski destaca o problema cambial, à queda dos preços interna e, externamente, a perda do poder de troca do setor, entre outros.

Uma radiografia do setor agropecuário

PREÇOS - Redução dos preços no mercado interno no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2006 de 35,4% na soja, de 39,9% no milho e de 33,3% no trigo.

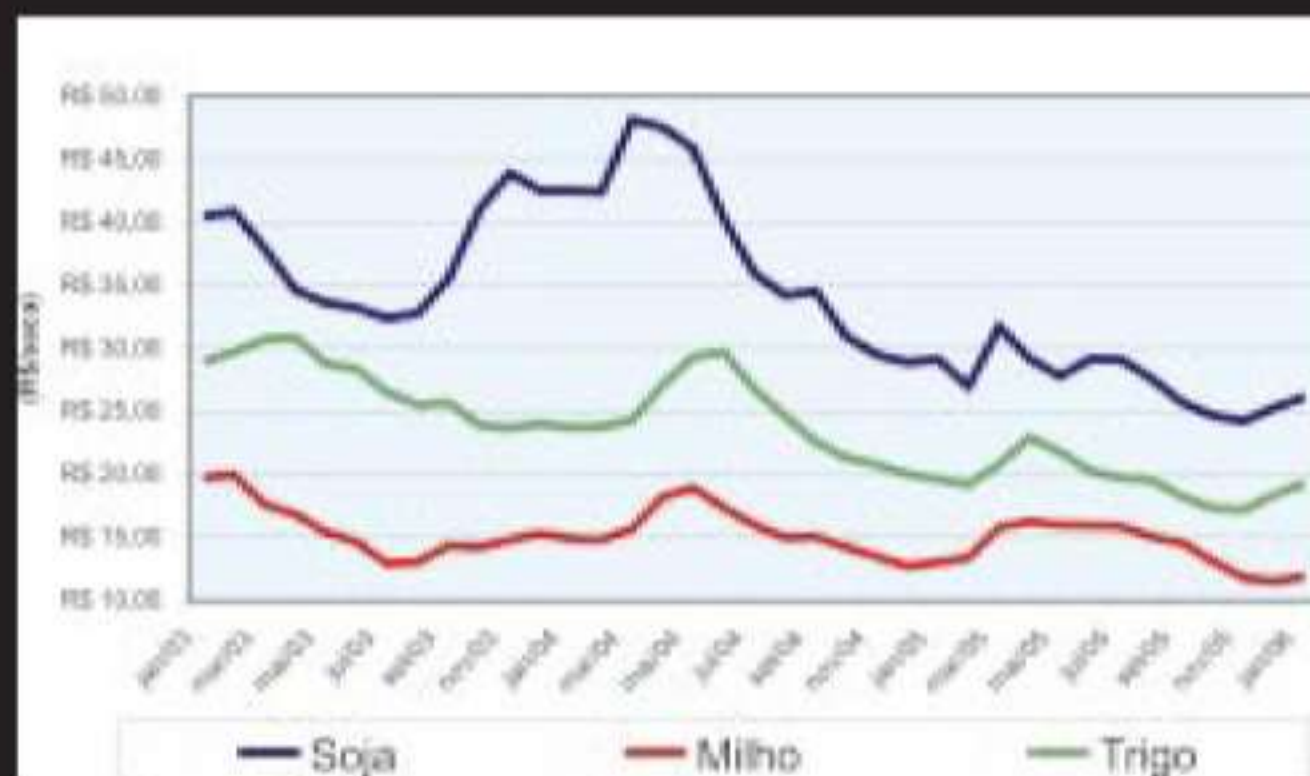


Gráfico - Evolução dos preços recebidos pelos produtores no mercado paranaense – jan/03 a jan/06.

Os preços dos principais grãos produzidos no Brasil apresentam comportamento de queda nos últimos três anos, conforme pode ser visto no gráfico. O preço da soja no período reduziu de R\$ 40,51 por saca em janeiro de 2003 para R\$ 26,16 por saca, representando uma redução de 35,4%. No caso do milho, a redução foi de R\$ 19,76 por saca para R\$ 11,87 por saca, uma queda de 39,9%. Finalmente, para o trigo a redução foi de R\$ 28,93 por saca para R\$ 19,29 por saca, uma queda de 33,3%.

Disto constata-se que houve queda superior a 30% para todos os principais grãos da pauta de produção brasileira, situação agravada devido a não-ocorrência de queda nos custos de produção no período.

CLIMA - Condições climáticas adversas, principalmente no Paraná, com perda de 14% na produção de soja e de 22% na produção de milho, somente na safra 2005/2006. Nas duas últimas safras, as perdas já somam 10 milhões de toneladas ou R\$ 3,5 bilhões que deixam de circular em nossa economia.

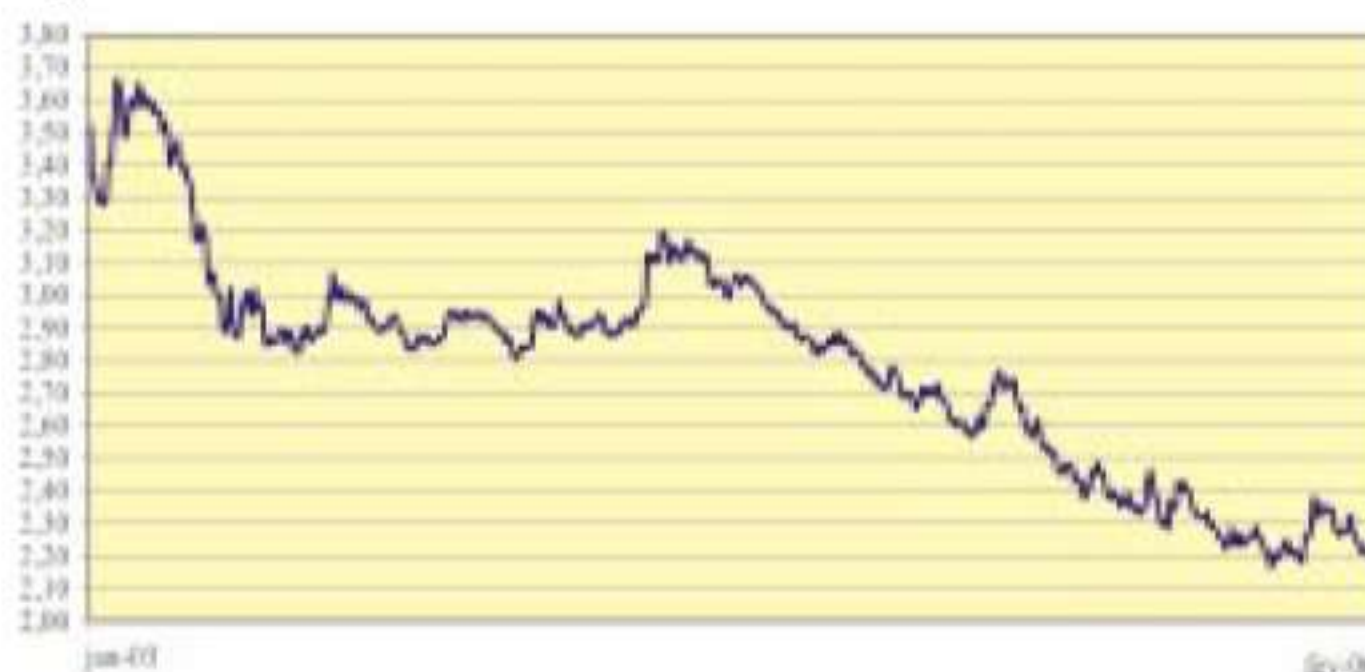
Tabela. Resumo da perda total de grãos devido à estiagem nas safras paranaenses de 2004/05 e 2005/06.

CULTURA	PRODUÇÃO (t)		PERDA		
	inicial	atual	(t)	(%)	R\$ bilhões
2004/2005	26.993.769	21.080.441	5.913.328	22%	2,1
2005/2006	25.408.132	21.546.102	3.862.030	15%	1,4
TOTAL	52.401.901	42.626.543	9.775.358	19%	3,5



Levantamento realizado pela Ocepar indica que os reflexos causadores de toda esta crise aconteceram por culpa de alguns fatores importantes

CÂMBIO - Valorização do real frente ao dólar de 39% entre a janeiro de 2003 e fevereiro de 2006.

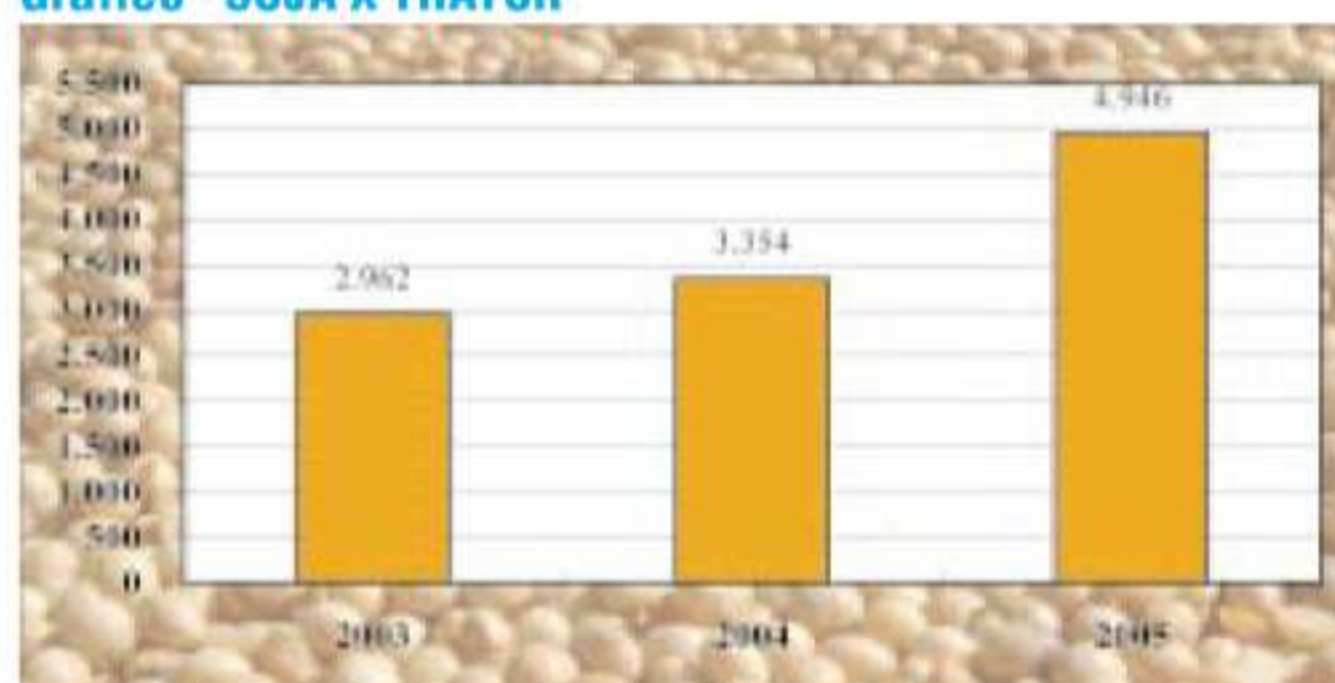


Poder de troca cada vez mais achatado

Perda do poder de troca do produtor frente ao setor de fornecimento de fatores de produção

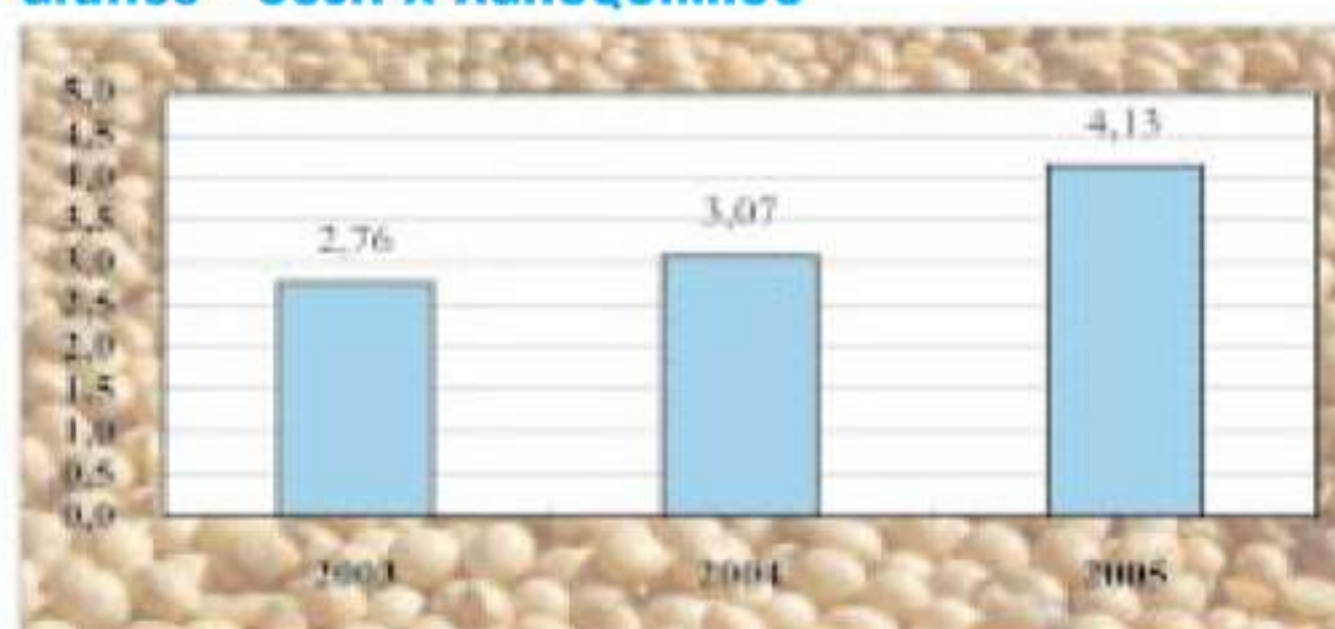
A queda de renda real da soja comparando o resultado esperado em 2005/2006 com a média de 1994/1995 a 2004/2005 deve girar em torno de 111%. No caso do trigo, a queda de renda esperada é de 324% e, do milho de 224%. Com a perda de renda, os investimentos para a utilização de novas tecnologias e aquisição de fatores de produção mais modernos ficam inviabilizados, o que pode reduzir a produtividade das lavouras a médio e longo prazo.

Gráfico - SOJA X TRATOR



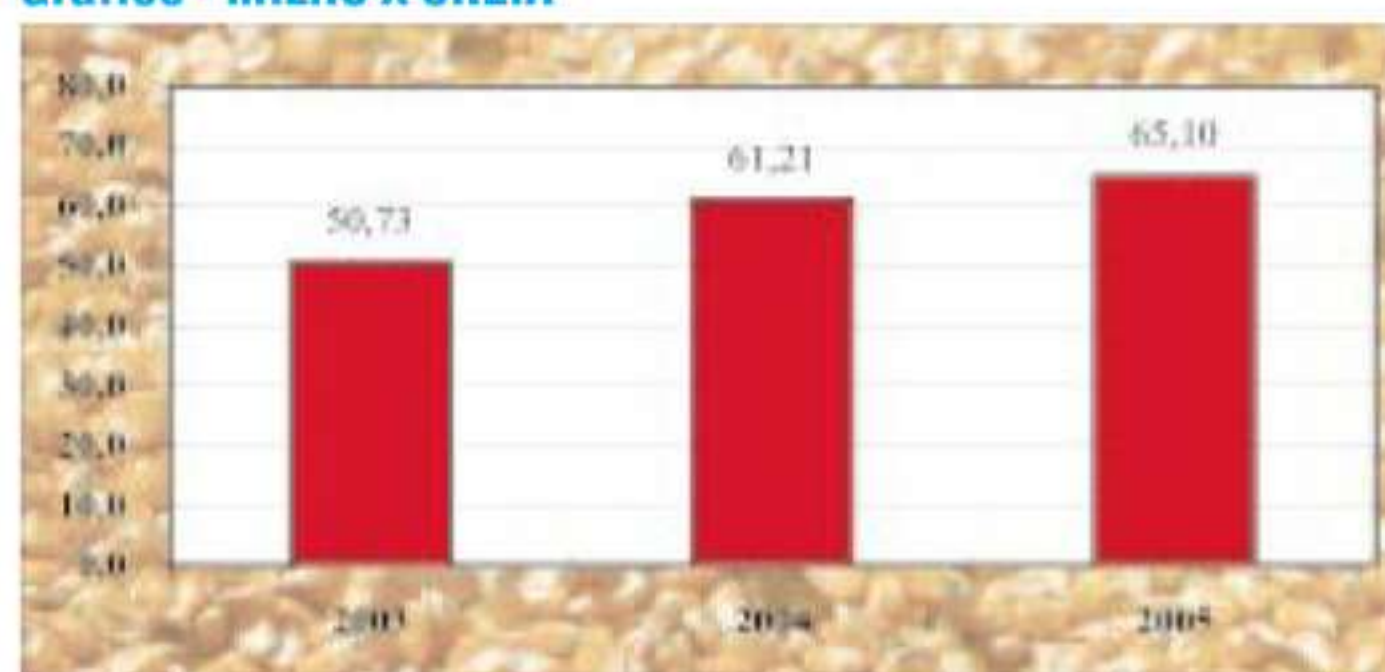
O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 67,0%, o que significou que a situação do produtor rural piorou. Enquanto, em 2003, eram necessárias 2.962 sacas para o produtor adquirir um trator, em 2005, este número cresceu para 4.946, levando-se em conta um trator de 100 cv de mesmo padrão.

Gráfico - SOJA X AGROQUÍMICO



O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 49,6%. Enquanto em 2003 eram necessárias 2,76 sacas para o produtor adquirir um litro de fungicida, em 2005, para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 4,13 sacas de soja, ou seja, são necessária 1,29 sacas a mais de soja para adquirir-se 1 litro de fungicida.

Gráfico - MILHO X URÉIA



O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 28,3%, o que significou que a situação do produtor rural piorou, ou seja, enquanto, em 2003, eram necessárias 50,73 sacas de milho para o produtor adquirir uma tonelada de uréia, em 2005, para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 65,10 sacas de milho.

Gráfico - MILHO X TRATOR

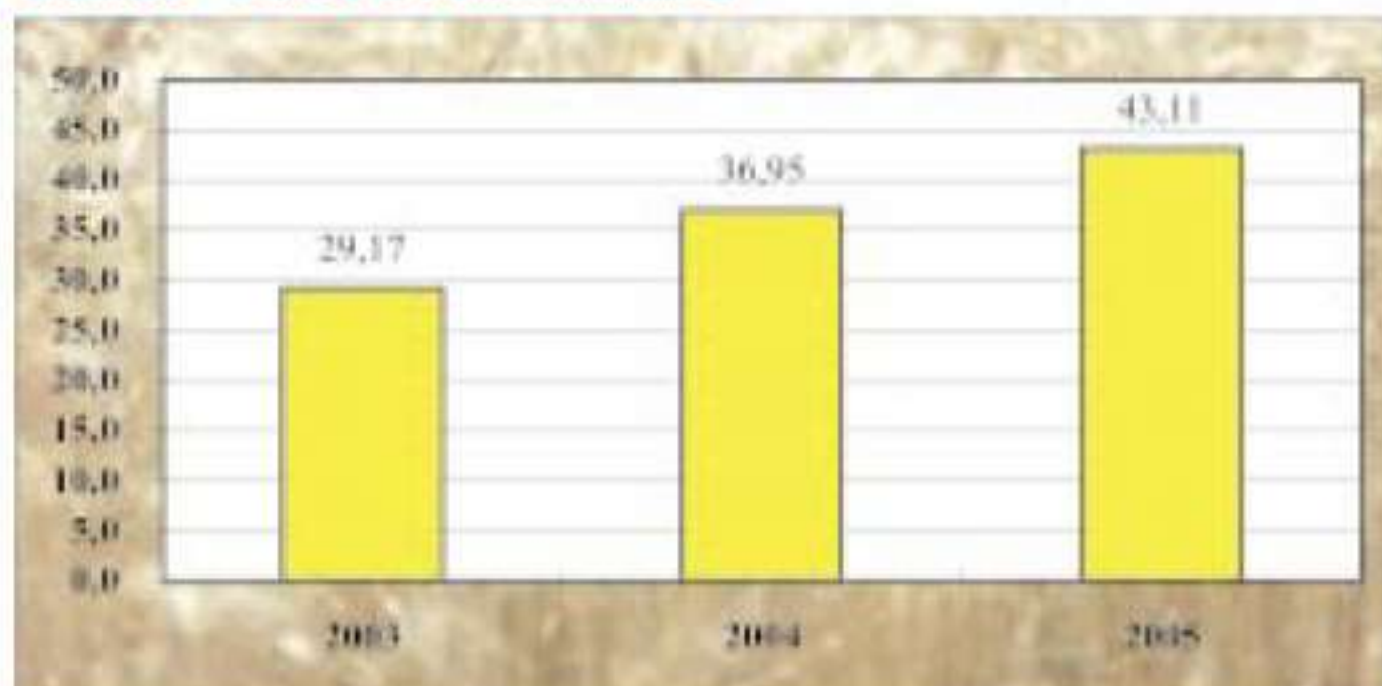


O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 33,4%, o que significou que a situação do produtor rural piorou. Enquanto, em 2003, eram necessárias 7.047 sacas para o produtor adquirir um trator de 100 cv, em 2005, este número cresceu para 9.402 sacas de milho.

RENTABILIDADE - A rentabilidade média real dos produtores paranaenses, sobre os custos operacionais, do período entre 1994/1995 e 2004/2005 sofreu uma queda de 111% na soja, de 324% no trigo e de 224% no milho, quando comparado com a rentabilidade da safra 2005/2006.

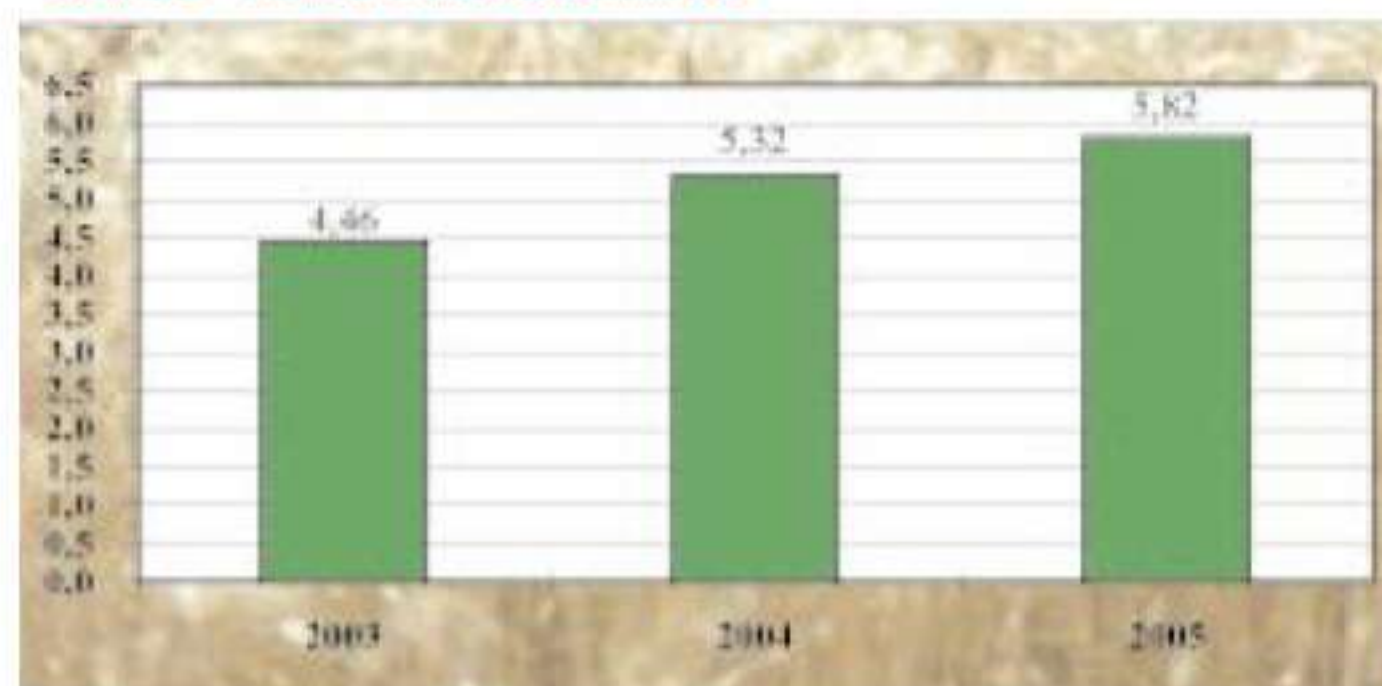
EXPORTAÇÕES - Redução da participação das exportações do agronegócio nas exportações totais brasileiras em 8,9%, no ano de 2005 em relação ao de 2004.

Gráfico - TRIGO X FERTILIZANTE



O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 47,8%, o que significou que a situação do produtor rural piorou. Enquanto, em 2003, eram necessárias 29,17 sacas de trigo para o produtor adquirir uma tonelada do formulado 05-25-25, em 2005, para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 43,11 sacas.

Gráfico - TRIGO X AGROQUÍMICO



O crescimento da relação de troca, no período entre 2003 e 2005, foi de 30,5%, o que significou que a situação do produtor rural piorou. Enquanto, em 2003, eram necessárias 4,46 sacas para o produtor adquirir um litro de fungicida, em 2005, para adquirir a mesma quantidade do insumo foram necessárias 5,82 sacas de trigo.

Propostas sugeridas ao governo

No documento entregue às autoridades, o Sistema Ocepar pede ao governo a implementação de medidas a curto prazo, que seriam no âmbito conjuntural, e a longo prazo, medidas estruturais.

1 – CURTO PRAZO

Medidas emergenciais para a agropecuária.

As medidas emergenciais são entendidas como ações a serem realizadas de imediato, buscando resolver problemas conjunturais decorrentes da gravidade da situação que se encontra a agropecuária.

Principais medidas emergenciais:

- Alongamento das dívidas de custeio e investimento vencidas ou a vencer pelo prazo de 10 anos;
- Alocação de recursos para comercialização da safra em fase de colheita, permitindo que o agricultor possa receber pelo menos o preço mínimo;
- Alocação de recursos para a implantação da safra de inverno (trigo, milho safrinha, cevada, dentre outras);
- Garantia de seguro rural para dar segurança aos agricultores.

2 – LONGO PRAZO

Medidas estruturais para a agropecuária.

A médio e longo prazo, devem ser aperfeiçoados os instrumentos governamentais de apoio à produção e à comercialização, principalmente, a garantia de preços e a liquidez na comercialização para os produtos agropecuários, de tal forma que se viabilize a geração de renda dando sustentabilidade a atividade, pois a agropecuária é uma atividade de elevado risco e exige políticas públicas que possibilitem a minimização do mesmo.

Principais medidas a médio e longo prazo:

- Aprovação do Projeto de Lei 5.507/05, de autoria do Depu-

tado Ronaldo Caiado, que já obteve parecer favorável nas comissões de agricultura e na de finanças e tributação. Este Projeto de Lei contempla dívidas da securitização, Pesa, dívidas alongadas do Funcafé, Prodecir II, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Centro-Oeste, Proger Rural e renegociações da agricultura familiar, além de abrir espaço para promover uma reavaliação das garantias vinculadas aos contratos alongados e prever, caso a caso, as novas condições de pagamento, taxa de juros e prazos. É importante incluir também no Projeto de Lei os financiamentos com recursos oriundos do BNDES, FAT, Giro Rural e o endividamento de custeio, investimento e comercialização da safra 2005/2006;

- Ampliação do volume de recursos de crédito rural para evitar que os custos dos financiamentos de custeio cheguem a patamares médios elevados, como tem ocorrido nos últimos anos.
- Revisão do seguro rural para que se torne um programa que garanta a renda efetiva da atividade rural.

Sem o apoio direto do Governo, esta situação, vivida pelo homem do campo, se refletirá, a longo prazo, no aumento do êxodo rural e, a curto prazo, atingirá em cheio a economia dos municípios. Sem dinheiro, o agricultor não compra, o comércio não vende e as empresas demitirão seus funcionários. Esta situação já vem sendo sentida no interior do Paraná, onde várias empresas estão cancelando investimentos e demitindo pessoal.

O líder cooperativista destaca que o Governo Federal precisa urgentemente tomar ciência de tal gravidade e viabilizar uma política emergencial para o setor, afinal, alerta João Paulo Koslovski “o problema está deixando de ser conjuntural e se transformando em estrutural, fato este que comprometerá diretamente toda a economia brasileira, especialmente a nossa balança comercial”.

Desemprego ronda o campo

Demissões nas agroindústrias e redução no nível de empregos no setor rural uma realidade

As demissões serão inevitáveis em função da queda de renda no campo. “Não só diminuirão ofertas de vagas como haverá demissões nas agroindústrias, no campo e também em outros setores da economia”, frisa Koslovski. Ele lembra que os primeiros levantamentos oficiais, realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicam que a taxa de desemprego das seis principais regiões metropolitanas do País subiu para 9,2% da população economicamente ativa em janeiro de 2006, o que representa cerca de 232 mil postos de trabalhos a menos.

O dirigente frisa que o cenário vivido no ano passado poderá se repetir e até se agravar neste ano. Para se ter uma idéia, neste mesmo período do ano passado, entre janeiro a julho de 2005, foram ofertados 219,94 mil empregos formais na agropecuária, o que representou, naquela ocasião, uma queda de 19% na comparação com igual período do ano anterior (2004), quando 271,58 mil empregos foram oferecidos. Historicamente, o setor é responsável pela criação de mais postos de trabalho no primeiro semestre de cada ano. Isto ocorre em virtude das colheitas de várias culturas demandarem maior contratação de mão-de-obra neste período.

O presidente da Ocepar ressalta que “os números

indicam a evolução da crise no setor. Negar o atual quadro e deixar de implementar medidas emergenciais e corretivas a curto e a longo prazo poderá ser desastroso para a agricultura brasileira e para o agronegócio”. Koslovski frisa de que “a atual colheita não será suficiente para saldar o pagamento dos compromissos assumidos pelos agricultores”, por isso ele alerta para a necessidade do Governo Federal agilizar medidas emergenciais, as quais foram propostas pelo setor ao Ministério da Agricultura e Ministério do Planejamento, no início do mês, e que começam a se configurar na chamada “MP do Bem” para a agricultura, e anunciadas no último dia 22 de fevereiro pelo ministro Roberto Rodrigues.

Entre os principais pontos do estudo da Ocepar, como já pudemos perceber na série de gráficos, chama atenção a queda drástica na rentabilidade média do produtor de soja. Os cálculos da entidade levaram em conta os custos operacionais reais (corrigidos pelo índice de inflação IGP-DI) menos o preço de mercado entre o período 1994/1995 e 2004/2005, que era de R\$ 11,82 por saca do produto. Na atual safra, a rentabilidade passou a ser negativa, ou seja, menos R\$ 1,34 por saca de soja colhida, uma queda de renda para os produtores de 111%, para o milho de menos 224% e para o trigo, situação pior, menos 324% em uma década apenas.

Crise se confirma através de pesquisa

Mais de 70% dos agricultores paranaenses não vão conseguir pagar todas as suas dívidas neste ano, 36% deles vão ter de demitir funcionários e quase 90% não têm pretensões nem condições de adquirir máquinas e equipamentos. Se for aprovado o salário mínimo regional de R\$ 437,00, entre os que têm empregados, 62% vão ter que demitir porque não terão renda para arcar com a despesa adicional.

Estas são conseqüências diretas da quebra de safra e crise de renda que atinge a agropecuária do Paraná neste início de 2005. Os dados vêm de uma pesquisa com 1.832 produtores, realizada de 06 a 15 de fevereiro, em 60 municípios do Estado. O levantamento, contratado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), foi feito pelo Instituto Paraná Pesquisas e tem um grau de confiança de 95,5%, com margem de erro de 2,3%.

Para 75,62% dos produtores, o ano de 2005 foi pior do que esperavam. E as coisas não devem melhorar em 2006. Mais da metade dos entrevistados, 50,54%, disseram que as perspectivas são ruins (30,13%) e péssimas (20,41%). Somente 16,01% responderam que as perspectivas são ótimas (2,15%) e boas (13,86%).

A renda da propriedade rural, neste ano, também deve piorar, segundo a maioria dos entrevistados (53,17%), contra 23,85% que consideram que ficará igual e 16,70% que acham que irá melhorar.

Sem recursos. Em relação às dívidas, sete em cada dez produtores não vão conseguir arcar com todos os compromissos. Dos entrevistados, 25,74% disseram que não têm renda para pagar nada, enquanto 46,28% vão conseguir pagar apenas parte e 23,93% quitarão todos os débitos.

Qual seria então a solução para o endividamento? Numa pergunta estimulada, com 20 opções de resposta, 48,23% dos produtores disseram que a saída é renegociar tudo através de uma securitização, enquanto outros 16,27% entenderam que o melhor é só prorrogar o custeio e 11,21% disseram que

deve-se deixar como está.

Sintomático da falta de renda, e do comprometimento de todos os recursos disponíveis, é o fato de que 87,27% dos entrevistados declararam que neste ano não têm pretensões nem condições de adquirir máquinas e equipamentos. Neste item, só 6,34% responderam que sim e 4,35% disseram que talvez possam adquirir maquinário.

Demissões. Se a crise afetar a renda, inevitavelmente terá efeito negativo também sobre a geração de empregos no campo. Apenas 2,88% dos entrevistados disseram que vão contratar mais funcionários, enquanto 35,59% afirmaram que vão ter de demitir. 54,75% vão permanecer com o mesmo número de funcionários.

Na pesquisa, a Faep quis saber como os produtores estão reagindo à proposta de um salário mínimo estadual, no valor de R\$ 437,00, contra os R\$ 350,00 propostos pelo Governo Federal. A maioria dos respondentes, 56,44%, desaprovam a medida, contra 38,02% que aprovam. Entre os que desaprovam, 14,85% disseram que simplesmente não têm condições de pagar o salário mínimo regional.

Quanto ao impacto do salário mínimo regional, vale observar as respostas a uma outra pesquisa, simultânea, dirigida a 412 produtores rurais ligados ao Sistema Faep (com dois ou mais módulos rurais ou que têm empregados) e participantes do curso de Empreendedor Rural. Neste universo, no qual está grande número de empregadores rurais, nada menos do 62,15% dos entrevistados afirmaram que, se o salário mínimo regional entrar em vigor, não terão como pagar e haverá demissão de funcionários. Na pesquisa geral, que inclui pequenos produtores, sem empregados, 49,32% disseram que haverá demissões, contra 30,51% que não vão demitir. Ainda 10% dos produtores declararam que a alternativa será substituir mão-de-obra por máquinas, contra 10,17% que não souberam ou não responderam.

EMPREGO

Vão contratar funcionários

2,88%

Manterão o mesmo número de funcionários

54,75%

Vão demitir

35,59%

Fonte FAEP

DÍVIDAS

Vão conseguir pagar toda ela

23,93%

Vão conseguir pagar parte dela

46,28%

Não vão conseguir pagá-las

25,74%

Fonte FAEP

Projeto propõe mudanças no câmbio

A proposta de reforma cambial apresentada ao Senado é a primeira tentativa de regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional, um assunto considerado muito polêmico

O Projeto de Lei Suplementar (PLS 32/06) foi sugerido no final de fevereiro pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo senador Fernando Bezerra. A proposta permite que empresas que trabalham com importação e exportação mantenham contas bancárias em moeda estrangeira no Brasil para pagamento e recebimento na mesma moeda. A idéia, segundo os autores, é acabar com a exigência de que toda empresa ou pessoa que receber pagamentos do exterior tenha que vender necessariamente os dólares (ou outras moedas) ao Banco Central (BC). Se a empresa ou a pessoa quiser ficar com a moeda estrangeira,

bastará abrir uma conta em um banco autorizado pelo BC. Ela nunca poderá colocar a mão nos dólares em espécie, mas poderá usá-los para pagar importações ou fazer investimentos no Brasil ou no exterior. A terceira alternativa é receber o equivalente em reais.

Outro ponto do projeto é a chamada "compensação cambial". Significa que um exportador poderá usar os dólares para pagar suas importações. Hoje, o exportador é obrigado a vender os dólares ao BC em até 210 dias e, se for importar alguma coisa, tem de fazer outra operação cambial, para comprar os dólares necessários. Segundo Bezerra, esse emaranhado de operações representa perda de até 4% para o empresário.

O PLS 32/06 contém ressalvas para evitar danos ao País em caso de crise cambial. O Conselho Monetário Nacional ficará autorizado a impor restrições à livre entrada e saída de moeda, podendo inclusive outorgar ao BC o monopólio das operações de câmbio, desde que haja "grave desequilíbrio do balanço de pagamentos". Aliás, caberá ao Conselho Monetário regulamentar toda a nova situação cambial.

Fica mantido o direito das pessoas físicas de entrar e sair do País, carregando reais, dólares ou outras moedas. O Ministério da Fazenda determinará o valor a partir do qual o dono do dinheiro terá de fazer uma declaração por escrito às autoridades.

Câmbio liberado, mas com restrições

Confira os principais pontos do projeto de reforma cambial apresentado no Senado:

1 - Libera a realização de operações de câmbio entre residentes e não-residentes.

2 - Determina que as operações cambiais só serão feitas por meio de instituições autorizadas pelo Banco Central (BC), quando os recursos forem originários de créditos ou haveres na mesma moeda (por exemplo, em dólares).

3 - Permite a manutenção de conta corrente em moeda estrangeira, em instituições autorizadas pelo BC, quando os recursos forem originários de créditos na mesma moeda.

4 - Dispõe que a movimentação das contas poderá ocorrer apenas para a aplicação financeira, ingresso de moeda estrangeira no País e liquidação de obrigação em moeda estrangeira no exterior.

5 - Veda o uso dos recursos das contas em moeda estrangeira para o pagamento de obrigação que deva ser paga em moeda nacional.

6 - Estabelece que a troca de titularidade ou transferência de saldos entre residentes portadores de conta em moeda estrangeira deve ser precedida da operação de câmbio.

7 - Diz que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentará a abertura e movimentação das contas e o uso, pelas instituições financeiras, dos recursos

existentes nas contas.

8 - Autoriza o CMN a impor restrições ao livre fluxo de divisas, inclusive mediante outorga ao BC do monopólio temporário das operações de câmbio, quando ocorrer desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver razões para prever a ocorrência de uma situação desse tipo.

9 - Determina que o CMN regulamentará o registro da entrada ou saída de capital externo ou das mutações patrimoniais de residentes que afetem as contas nacionais.

10 - Reduz restrições às pessoas físicas para entrar ou sair do País com moeda nacional ou estrangeira em espécie. (Fonte: Agência Senado)



Forte como o homem do campo

Com mais de 19.000 cooperados nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a Coamo Agroindustrial Cooperativa tem orgulho em constatar que sua atuação é amplamente reconhecida pela imprensa especializada.

Mas sobretudo tem a satisfação de colaborar para o crescimento social e econômico do Brasil, sendo responsável por 3,3% da produção nacional de grãos e fibras, e ainda por um quarto das exportações das cooperativas do país, incluindo-se entre as 30 maiores empresas exportadoras.

Além de agregar valor e renda à produção dos cooperados, tem participação ativa na geração de empregos, divisas e tributos, incrementando o agronegócio e elevando o nível de qualidade de vida de milhões de brasileiros.



Top of Mind Paraná 2005
Revista AMANHÃ
Categoria Cooperativas



Maior do Setor Cooperativas
Revista EXPRESSÃO



Avaliação das Melhores e Maiores
do Agronegócio Nacional/
REVISTA GLOBO RURAL



Destaque 2005
Setor Cooperativismo
A GRAMMA DO ANO



COAMO
AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Paraná reivindica apoio ao trigo

Depois de um período de expansão na década de 1980 —graças, basicamente, à compra estadual com preços pré-estabelecidos e demanda garantida, a triticultura brasileira amarga períodos de dificuldades. Nos anos 80, o Ministério da Agricultura administrava um grupo de trabalho do trigo nacional, mais tarde transformado na Câmara Setorial do Trigo, que estudava a cadeia produtiva e propunha políticas em benefício da cultura.

Más no final daquela década, quando se desenhava a possibilidade de criação do Mercosul, uma visão economicamente distorcida, com base no potencial de venda de bens industrializados para a Argentina, foram criados procedimentos contrários à produção nacional de trigo, privilegiando as exportações dos bens manufaturados regionalmente e usando a triticultura como moeda de troca. No início dos anos 90, a privatização da comercialização do trigo nacional e a abertura de mercado prejudicaram o setor, que não estava preparado para competir. De lá para cá, lideranças do setor agrícola reivindicam melhores condições para os triticultores.

Dentro desse propósito, lideranças do setor produtivo do Paraná estiveram em Brasília, no dia 7 de fevereiro, e entregaram ao ministro da Agricultura e Abastecimento, Roberto Rodrigues, o documento “Propostas para o setor tritícola brasileiro”, elaborado pela Secretaria da Agricultura, Ocepar, Federação da Agricultura e Associação dos Produtores de Sementes do Paraná (Apasem). O secretário da Agricultura do Paraná, Orlando Pessuti, entregou ao Ministério o documento contendo as propostas da política do trigo para 2006.

Embora tenha sido produzido em fun-

ção desta safra, o documento contém propostas de longo prazo relacionadas à política do trigo, defendendo a busca da auto-suficiência. Para demonstrar apoio institucional ao setor, o governo do Estado realizou, no dia 6, a solenidade de assinatura do documento. Participaram o secretário Orlando Pessuti, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, o diretor financeiro da Faep, João Luiz Biscaia, os deputados Moacir Micheletto (federal) e Ademir Bier (estadual), e o representante da Apasem, Eugênio Bohath.

Dados da Gerência Técnica da Ocepar apontam que a queda de renda nas lavouras de trigo no período 1994/1995 e 2004/2005 foi de - 324%. A rentabilidade média do produtor de trigo, levando-se em conta os custos operacionais reais (corrigidos pelo índice de inflação IGP-DI) menos o preço de mercado do período entre 1994/1995 e 2004/2005, que era de R\$ 3,04/saca negativo, na atual safra passou a ser menor ainda, chegando a R\$ 12,91/saca, ou seja, uma queda de renda de 324% negativos. Os valores referem-se ao período de 1994/1995 a 2004/2005.

O secretário ressaltou em conversa com o ministro Roberto Rodrigues a necessidade de existir uma política bem definida para a cultura. “Com a situação do trigo bem ajustada, vamos poder amenizar as consequências do desastre que tivemos com a soja e o milho em consequência da estiagem”, afirmou.

Ele lembrou o ministro da importância do trigo para a agricultura do Paraná. “Nosso Estado responde por 55% de todo o trigo produzido no País”, declarou. O secretário comentou que, com a estiagem, tornou-se ainda mais necessário dar uma atenção especial à cultura. “O trigo é a nossa opção de inverno, substituindo a soja e o milho. Se não tivermos incentivo

Entre as reivindicações está a intervenção do governo por meio de Aquisição do Governo Federal (AGF)



ao trigo, os prejuízos para os produtores serão ainda maiores”, alertou Pessuti.

Para o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB), é impossível discutir a situação do trigo sem a participação da indústria. Segundo ele, é preciso desenvolver um programa para o trigo que realmente seja cumprido. Além disso, a participação do setor industrial, garantindo a compra do produto pelo preço mínimo, é fundamental.

Reivindicações - O Estado e o setor produtivo defendem um preço mínimo equivalente, pelo menos, ao custo operacional total de R\$ 488,67 por tonelada. Também é esperada a intervenção do Governo por meio de instrumentos, como Aquisição do Governo Federal (AGF), Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado e Opção de Venda (PROP) e outros.

Ainda são defendidos a manutenção dos leilões de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), que permitem qualquer destinação, exceto região Sul do País; o reajuste em 25% do limite do custeio, elevando-o de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil por tomador; fixação de alíquotas para o imposto de importação do trigo e derivados de países não membros do Mercosul; entre outras ações.

Potencial - Levantamento da Embrapa revela que a área atualmente disponível para o cultivo do trigo é de 5,2 milhões de hectares, que possibilitariam a produção de aproximadamente 12,9 milhões de toneladas. Nos próximos anos, segundo a Embrapa, poderiam ser incorporados mais de 10 milhões de hectares para o cultivo de trigo e demais culturas de inverno.

Trigo - Brasil - Evolução Média - 1961 a 2005

DÉCADA	ÁREA (ha)	PROD. (t)	REND. (kg/ha)
1961/70	987.975	791.931	802
1971/80	2.828.799	2.327.333	823
1981/90	2.780.424	3.876.014	1.394
1991/00	1.494.573	2.377.923	1.591
2001/05	2.296.431	4.587.576	1.998

Ministro diz que setor precisa ser competitivo

Para Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, o campo sofre com o “descasamento” entre custos e preços

Durante sua passagem pelo Paraná, no dia 2 de março, quando na Usina de Álcool da Cocamar em São Tomé, região Noroeste presidiu a solenidade de abertura da safra sucroalcooleira 2006/2007 do Centro-Sul, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, elogiou o esforço do setor em antecipar a produção de álcool para evitar riscos de desabastecimento do produto. Até o final do mês de abril, o Centro-Sul deverá adiantar 850 milhões de litros. Em seu pronunciamento, o ministro previu um futuro animador para o setor de álcool, estimando que a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil saltará de 6 milhões de hectares para 9 milhões em dez anos, um salto de 50%. “Será preciso trabalhar com muita competência para atender às fortes exigências do mercado”, ressaltou. Cobrado por lideranças e autoridades para que o campo receba maior atenção do governo em função da crise por que vem passando, Rodrigues destacou que conhece as dificuldades por ser também um agricultor. Ele ressaltou que o campo enfrenta uma situação conjuntural, causada por vários fatores, como o descasamento entre custos e preços.

O ministro disse acreditar que os preços do álcool hidratado nas bombas só comecem a cair a partir de maio, quando a safra de cana estará em ritmo intenso e ofertando grandes volumes do produto ao mercado. Medidas como a redução da mistura de álcool à gasolina, de 25% para 20%, que come-



Ministro Roberto Rodrigues e lideranças paranaenses durante reunião em Cianorte

çaram a valer, foram tomadas, segundo ele, para tentar conter o avanço dos preços. Para o ministro, a medida trará uma economia de até 120 milhões de litros por mês, o que representa 10% do consumo mensal. “Em dez meses teremos estoques suficientes para mais um mês, o que representa que teremos uma flutuação menor de preços no mínimo por mais um mês”, disse.

Entre as lideranças do setor sucroalcooleiro, estavam presentes o anfitrião, Luiz Lourenço, presidente da Cocamar, o presidente da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica), Eduardo Pereira Carvalho, o presidente da Alcopar, Anísio Tormena, e presidentes de sindicatos de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O vice-governador e secretário da Agricultura, Orlando Pesutti, os deputados federais Luiz Carlos Hauly, Ricardo Barros e Osmar Serraglio,

além de vários prefeitos, e dos presidentes da Faep, Ágide Meneguette e da Ocepar, João Paulo Koslovski também participaram do encontro.

O ministro Roberto Rodrigues foi bastante cobrado pelas lideranças sobre as dificuldades enfrentadas pelo agronegócio brasileiro. Luiz Lourenço lembrou que os agricultores passam por um período difícil na agricultura, com as sucessivas estiagens que afetam o Estado desde 2004. “O saldo da agricultura é positivo, os produtos saem barato do campo e temos certeza de que virão esforços para ajudar os agricultores”, disse. A reivindicação é por mais recursos oferecidos a juros baixos, refinanciamento das dívidas, redução das cargas tributária e fiscal, entre outros itens. Inclusive, uma reunião realizada depois da solenidade, no entreposto da Cocamar em Cianorte, discutiu mais detalhadamente o assunto. ■



Cooperativa Integrada: 10 anos a serviço da agricultura paranaense

No dia 06 de dezembro, a Cooperativa Integrada completa uma década de fundação. Com a união de milhares de produtores das principais regiões do Estado, a Cooperativa Integrada tem como seu principal objetivo promover o crescimento econômico e social em mais de 40 municípios onde atua. Hoje é uma das maiores cooperativas do Paraná e seus projetos a transformaram em referencial de marca, qualidade, gestão e prestação de serviços. Esse sucesso só é possível graças à união de seus associados, à dedicação dos colaboradores e à confiança de todos os parceiros que fazem parte desta história.

Cooperativa Integrada: 10 anos a serviço da Agricultura Paranaense





Vitrine tecnológica do agronegócio

**Show Rural Coopavel
recebe mais de
140 mil visitantes**

Entre os dias 13 e 17 de fevereiro, o município de Cascavel, na região Oeste do Paraná, foi o centro de atenções do agronegócio brasileiro. Nestes cinco dias, realizou-se o Show Rural Coopavel 2006. Numa área de 72 hectares, 297 expositores demonstraram as mais avançadas e modernas tecnologias para a agropecuária. O evento recebeu cerca de 140 mil visitantes, que puderam conhecer mais de 5 mil experimentos e milhares de produtos e equipamentos agrícolas.

Apesar da crise e do cenário de dificuldades vivenciado pelo agronegócio brasileiro, o Show Rural mantém-se como um dos mais importantes eventos tecnológicos da América do Sul.

De acordo com o diretor presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, os números alcançados mostram que os agropecuaristas

estão conscientes da necessidade de conhecer e aplicar as tecnologias em suas propriedades para a melhoria da produção, apesar do momento difícil vivido pelo agronegócio nacional. “E o Show Rural Coopavel é o local onde ele tem esta oportunidade”, afirmou.

Em 2005, lembrou Grolli, o setor agropecuário não teve um período favorável, influenciado pela queda de preços agrícolas, seca e problemas sanitários. Em função deste contexto, um dos reflexos foi a redução de investimentos na lavoura, havendo diminuição na área de plantio em um milhão de hectares. Mas mesmo assim foram cultivados 46 milhões de hectares. Um dos setores que mais sentiram, segundo o dirigente, foi o de máquinas agrícolas, com queda acentuada nas vendas. Mesmo com o comércio desaquecido, Grolli acredita que ao vir ao Show

Rural Coopavel 2006, o produtor mantém-se atualizado e conhece as novidades e as tecnologias disponíveis, “podendo no futuro escolher com segurança os insumos e máquinas mais adequadas a sua atividade”.

Os números do Show Rural comprovam a dimensão do evento, que envolve 3,3 mil profissionais, entre integrantes da cooperativa e das empresas expositoras. Inúmeras delegações estrangeiras vieram a Cascavel para o evento, com agricultores e técnicos japoneses, canadenses, paraguaios, argentinos e franceses. Mesmo em território brasileiro, alguns tiveram que enfrentar horas de viagem, como os grupos vindos de Alagoas, Pará e Bahia. Segundo Grolli, a data da edição do Show Rural Coopavel 2007 já está definida: acontecerá entre os dias 5 a 10 de fevereiro.

Estande da Ocepar divulga o cooperativismo

A Ocepar participou novamente do Show Rural Coopavel. Numa área de 120 metros quadrados, a entidade expôs produtos e serviços de diversas cooperativas paranaenses. O estande recebeu a visita de cooperados do Paraná e de diversos estados brasileiros.

No dia 13 de fevereiro, como forma de prestigiar o Show Rural Coopavel 2006, os membros da diretoria da Ocepar e do Sescop-PR realizaram na sede administrativa do evento sua reunião mensal. Na oportunidade, o presidente do Siste-

ma Ocepar, João Paulo Koslovski, fez um relato das principais atividades desenvolvidas no mês de janeiro. A reunião contou com a presença do presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, que também faz parte da diretoria da Ocepar, e do vice-prefeito de Cascavel, Vander Piaia, que fez questão de ressaltar a importância do cooperativismo para o desenvolvimento do Estado. Segundo ele, as cooperativas têm contribuído de forma significativa para a melhoria da condição de vida de milhares de pessoas que vivem nas cidades e no campo, e citou como

exemplo a própria Coopavel. “Temos a cooperativa como uma grande parceira e acreditamos no cooperativismo como meio de viabilizar nossos produtores de forma organizada e com retorno garantido” frisou Piaia. Na Ocasão, o presidente da Ocepar entregou ao vice-prefeito um exemplar da edição especial da revista Paraná Cooperativo sobre Balanço Social das Cooperativas Paranaenses. Após a reunião os integrantes da diretoria da Ocepar visitaram o estande do cooperativismo paranaense.



Membros da diretoria da Ocepar e do Sescop PR, no estande, no Show Rural

Soja “gigante” vira atração no Oeste

Uma lavoura de soja tornou-se atração em Linha Peroba, em Cascavel. As plantas de até 1,8 metro, o dobro da altura considerada normal para o cultivar, atraem a atenção de agricultores e técnicos. A propriedade de 70 hectares pertence aos irmãos Isidoro, Luiz e Carlos Macanhão, e a variedade cultivada é a CD 202, da Coodetec.

De acordo com Ivo Carraro, diretor da cooperativa, não há registro de uma ocorrência semelhante. “O fenômeno é resultado do manejo adequado de solo (rotação de culturas e plantio direto) e uso correto de tecnologia, com densidade recomendada”, explica.

A soja CD 202, uma variedade con-

vencional, é a mais utilizada no Paraná, ocupando 25% da área total cultivada.

Segundo estimativas dos técnicos da Coodetec, a lavoura da soja gigante deve produzir cerca de 4,5 mil quilos por hectare, acima da média estadual que não ultrapassa os 2,8 mil quilos. “O uso correto da tecnologia fez com que a plantação resistisse à estiagem que atingiu a região em dezembro e janeiro”, conclui Carraro.



Técnico da Coodetec mostra cultivar “gigante”

Coodetec apresenta novas variedades

A Coodetec - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - demonstrou nesta edição do Show Rural Coopavel lançamentos e também cultivares de soja, milho, trigo e algodão que já conquistaram o mercado brasileiro. A cooperativa ampliou de 2 mil para 3 mil metros quadrados o espaço ocupado com estande e áreas com experimentos de desempenho de suas variedades. Uma equipe formada por 15 pesquisadores e técnicos recepcionou os visitantes durante os dias do Show Rural. Integrada por 40 cooperativas, de seis estados brasileiros, às quais estão associados 175 mil agricultores, a Coodetec já responde por 20% do mercado nacional de sementes. "A Coodetec procura ser uma janela da agricultura cooperativista por onde devem entrar os ventos da tecnologia e da viabilidade da atividade", afirma o diretor-executivo Ivo Carraro.

Soja - Entre as várias cultivares demonstradas, destaque para os 25 materiais do segmento soja - variedades e linhagens pré-comerciais - de alto potencial produtivo adequados às regiões produtoras do Brasil e Paraguai. Além das variedades transgênicas, a atração da Coodetec neste ano foi a CD 223 AP, desenvolvida pela cooperativa em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (MG). Disponível comercialmente a partir da atual safra, a CD 223 AP tem característica inédita no mercado: o alto teor de proteínas aliada à manutenção dos níveis de produtividade e teor de óleo. Ela terá um papel decisivo para a sojicultura dos três estados do Sul, onde, em razão das características de solo e clima, colhe-se soja com teor de proteínas inferior à demandada pelo mercado mundial. A soja da região Sul apresenta, em média, 37% de proteínas na matéria seca, enquanto no Mato Grosso e cerrados brasileiros, por exemplo, o mesmo produto alcança de 40 a 41%.

A nova variedade apresenta, em média, 44% de teor de proteínas, sem prejuízo dos níveis de produtividade. "A CD 223 AP é uma variedade estratégica para a indústria de esmagamento, que disporá de um produto melhorador, para uniformizar a qualidade nutricional do produto final, alcançando melhor remuneração nos mercados interno e externo", explica Carraro.

Algodão - Para os cotonicultores, a Coodetec apresentou seis cultivares, todas recomendadas para o Paraná. A CD 401, foi a primeira variedade de algodão lançada pela Coodetec, tendo destaque até o atual momento, principalmente em algumas regiões do Sul do Estado de São Paulo, por apresentar precocidade e elevada produção de algodão em caroço por área.

As novas variedades CD de algodão apresentadas no Show Rural Coopavel incorporam características importantes, que devem contribuir para ampliar os níveis de competitividade do algodão brasileiro no mercado interno e externo, e também atender às demandas específicas das regiões produtoras do País.

Trigo - Na área destinada ao trigo, os visitantes conheceram variedades desenvolvidas pela Coodetec e puderam avaliar a eficiência de diferentes princípios ativos no tratamento da ferrugem, bem como o momento adequado para aplicação.

No segmento de trigo, a Coodetec já ocupa 27% da área cultivada no Brasil. "Mais da metade das sementes de trigo legais utilizadas no Paraná são cultivares desenvolvidas pela Coodetec. Somente a variedade CD 104 ocupa cerca de 40% da área cultivada no Estado", explica o pesquisador da cooperativa na área de trigo, Volmir Marchioro.

Durante o Show Rural, a Coodetec demonstrou o lançamento CD 115, voltado para regiões de clima frio.



Ivo Carraro: diretor da Cooperativa Central

Milho - Líder no desenvolvimento de novas variedades de trigo e já respondendo por 22% da área de plantio de soja e por 17% do espaço ocupado pela cultura de algodão no País, a Coodetec prepara-se agora para ampliar sua presença no competitivo mercado de híbridos de milho. Seu programa de pesquisa em milho é recente, mas já resultou no lançamento de seis híbridos, responsáveis hoje por 2% do mercado nacional.

Segundo o presidente da Coodetec, Irineo da Costa Rodrigues, o grande salto deve acontecer na safra 2006/2007, quando a Coodetec estará disponibilizando uma nova geração de híbridos CD (iniciais de Coodetec). "São nove híbridos em fase pré-comercial na atual safra, desenvolvidos para as condições de clima e solo específicas das regiões Sul e Centro-Oeste", explica Irineo Rodrigues.

"A ênfase maior é para híbridos triplos e simples, de alta tecnologia e ótimo potencial produtivo, embora também ofereçamos alternativas para pequenos produtores que utilizam níveis relativos de tecnologia, onde nossos híbridos apresentam ótima relação custo-benefício", acrescenta o pesquisador responsável pelo projeto, Celso Gonçalves de Aguiar.

Segundo o também pesquisador Gustavo Simon, os híbridos de alta tecnologia têm comprovado produtividade entre 13 e 14 mil quilos por hectare. A produtividade média do Paraná situa-se em 5.600 quilos/hectare, enquanto o produtor norte-americano colhe, em média, 7.000 quilos/hectare de milho.

Copercachaça quer conquistar mercados

Durante o Show Rural Coopavel, uma informação foi comemorada com entusiasmo pelos cooperados da Copercachaça – Cooperativa dos Produtores de Cachaça Artesanal do Oeste do Paraná, com sede em Foz do Iguaçu. Depois de um ano de existência, os 31 cooperados foram agraciados com o Selo IPI, que regulariza a comercialização da cachaça que produzem.

De acordo com o diretor da Copercachaça, Lourival Gabriel, o reconhecimento da marca abre caminho para que o produto possa ser negociado em todo o Paraná e até mesmo no exterior. “Investimos na profissionalização dos cooperados e contratamos um químico que faz rigorosas análises de nossa produção”, afirma. A cachaça artesanal da cooperativa leva o nome fantasia de Quaty.

Segundo Gabriel, a grande presença de turistas em Foz pode ser um facilitador da expansão das vendas do produto. “Através do turismo, vamos divulgar a cachaça Quaty e ampliar nossa distribuição. Em outra frente, estamos negociando com redes de supermercados da região Oeste”, diz. A cooperativa tem capacidade para produzir 100 mil litros de cachaça ao ano.



Lourival Gabriel, diretor da cooperativa



Rubens Siqueira, pesquisador do Iapar

Diversidade marca participação do Iapar

O Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) apresentou durante o Show Rural grande diversidade de plantas e cultivares. Os materiais e técnicas demonstrados na mostra são resultados de projetos de pesquisa que visam elevar a produtividade, aumentar a renda da propriedade, especialmente as do segmento da agricultura familiar, e proteger o meio ambiente.

Na área de 7,5 mil metros quadrados, os visitantes puderam ver 130 plantas, entre as novas variedades e materiais que serão lançados em breve, das culturas de milho, arroz, feijão, aveia, algodão, amoreira, sorgo, forrageiras, oleaginosas para produção de biodiesel e plantas de cobertura, além de equipamentos agrícolas e uma estação meteorológica.

Também foi demonstrado o desempenho de equipamentos agrícolas desenvolvidos pelo Instituto: hastes sulcadoras, semeadoras-adubadoras, rolo-faca e pulverizadores. A grande atração nesse segmento foi a máquina para colheita de ramos da amoreira. Esse equipamento foi desenvolvido pelos pesquisadores para agilizar o trabalho do sericicultor.

Novidades - Nos canteiros com espécies para produção de grãos, várias novidades foram apresentadas. Exemplos como as novas cultivares de feijão, entre as quais destaca-se o IPR Garça, que será lançado brevemente pelo Iapar. É uma variedade de feijão branco que deve despertar grande interesse do produtor, pois

no mercado atual só há sementes de feijão branco produzidas na Argentina, fator que aumenta o custo de produção. O IPR Garça é um material produtivo, possui excelentes qualidades culinárias, ideal para o preparo de saladas, sopas e pratos requintados.

“Demonstramos no Show Rural opções variadas, que se adaptam aos diferentes sistemas produtivos do Paraná. Esses materiais, lançados recentemente, ou que serão lançados em breve pelo Iapar, atendem às necessidades dos produtores de grãos, nas culturas de arroz, feijão, milho, sorgo, além de algodão e amoreira, de forrageiras, oleaginosas e plantas de cobertura”, explica o coordenador Rubens Siqueira, do Iapar.

A cada edição do Show Rural Coopavel consolida-se a participação do Iapar. Uma equipe composta por 20 pessoas, entre pesquisadores e técnicos, atendeu os produtores rurais e demais visitantes durante os cinco dias do evento. “Foram vários meses de trabalho para prepararmos a exposição. Essa mostra, com objetivo de divulgar as tecnologias criadas pelo Iapar e apresentar aos visitantes informações úteis e diversificadas, envolve planejamento e trabalho articulado de pesquisadores de todas as áreas do Iapar”, explica Siqueira.

“Todos os anos, o apoio incondicional que recebemos da Coopavel e o trabalho integrado com a Emater, que neste ano completa 50 anos, têm sido fundamentais para o sucesso da nossa mostra no Show Rural”, avalia.

Embrapa lança transgênicos

A Embrapa Soja apresentou 23 cultivares de soja durante o Show Rural Coopavel 2006. Pela primeira vez, foram demonstradas as oito cultivares de soja RR desenvolvidas pela empresa. “São variedades de ampla adaptação e altamente produtivas. Mas o agricultor precisa lembrar que o transgênico é mais uma alternativa tecnológica e não uma solução milagrosa. A escolha entre o transgênico e o convencional vai depender de variáveis como mercado, características e origem das cultivares e, principalmente, das condições da lavoura”, explica o pesquisador Lineu Domit, da Embrapa Soja. Para o agricultor que adota o sistema produtivo convencional, a Embrapa está apresentando 15 cultivares, sendo duas delas específicas para consumo humano. As cultivares BRS 257 e BRS 213 têm sabor suave, devido ao baixo teor de lipoxigenase, enzima responsável pelo gosto de feijão cru da soja. “Temos sementes convencionais e transgênicas em volume suficiente para atender os agricultores”, destaca Francisco Tenório Falcão Pereira, gerente do escritório de negócios da Embrapa Transferência de Tecnologia, em Londrina - PR. As cultivares da Embrapa podem ser adquiridas em produtores de sementes parceiros da Embrapa. A Embrapa é atualmente a empresa líder do mercado de sementes de soja no Brasil, respondendo por cerca de 40% do mercado brasileiro de sementes.

Híbridos - Teto elevado de produtividade, sanidade foliar e precocidade. Estes são os diferenciais do primeiro híbrido simples de milho lançado pela Embrapa para o sul do Brasil. O BRS 1015 foi apresentado pela primeira vez durante o Show Rural Coopavel 2006. O público teve a oportunidade de conhecer o novo material no campo, na vitrine de tecnologias da Embrapa, área que concentrou também outras tecnologias da empre-



Lineu Domit e Luiz Corrêa, pesquisadores da Embrapa Londrina, junto ao primeiro híbrido simples de milho

sa, como cultivares de soja transgênicas e novos materiais de sorgo e outros dois híbridos de milho apresentados pela Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG).

O novo híbrido simples de milho para o Sul do País foi desenvolvido pela Embrapa Trigo (Passo Fundo-RS) e pela Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG), Unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O BRS 1015 é recomendado para o Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O material é destinado a produtores que utilizam alta tecnologia. Segundo o pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo, Luiz André Corrêa, a cultivar tem origem no cruzamento de linhagens temperadas desenvolvidas pela Embrapa no Sul do Brasil. Foram dez anos de pesquisa para chegar a um híbrido de ciclo precoce, com

elevado potencial de rendimento de grãos associado a uma excelente sanidade foliar e arquitetura de plantas – em média 1,75 m de altura. O híbrido apresenta, além do porte baixo, um ótimo sistema radicular e uma estrutura de colmo que garantem resistência ao acamamento e ao quebraimento de plantas.

Empresas produtoras de sementes disponibilizarão o novo híbrido na próxima safra. Outros lançamentos da Embrapa Milho e Sorgo são o BRS 1031 e o BRS 1035 (híbridos simples de milho) e dois materiais de sorgo granífero: os BRS 308 e 309. “A pesquisa é uma questão estratégica para o País. É preciso destacar o importante trabalho de repasse de tecnologia e assistência técnica realizado pelas cooperativas. Mantemos nossos pesquisadores em contato permanente com as equipes de assistência técnica para que a transferência de tecnologias seja constante”, explica Domit.



DNA

Copacol 1/40/5

Com a participação dos colaboradores, através de votação realizada nas reuniões de divulgação do Pacto Global, foram escolhidas as principais ações que ajudaram a construir o propósito estratégico da Copacol: DNA 1/40/5.

Estes objetivos serão concretizados até 2008, quando então, a cooperativa completar 45 anos.



Desempenho

R\$ 1 bilhão de faturamento/ano



Natureza

Recomposição de matas ciliares em 40 rios, córregos e nascentes



Aliança

Associado/Colaborador/ Comunidade: Projeto de Responsabilidade Social para atender 5 mil crianças e adolescentes

Mantendo a sua filosofia cooperativista, com uma administração profissionalizada, a Copacol enaltece em seu negócio, a missão de integrar valor à vida. Com isto, associados, colaboradores, comunidade, clientes, consumidores e demais públicos envolvidos com as atividades da Copacol, estão convidados a unir esforços para promover o crescimento do Ser Humano através do Desenvolvimento Sustentável.



Aprovado

programa de capitalização das cooperativas

Proposta inicial nasceu no Paraná

As cooperativas de crédito terão acesso a uma nova linha de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar sua capitalização. O Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred), sugerido pelo Grupo de Trabalho Interministerial do Cooperativismo (GTI) e normatizado pelo Banco Central através da Resolução 3.346, permitirá o fortalecimento do patrimônio das cooperativas e será desenvolvido através da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados, para aquisição de cotas partes de cooperativas singulares de crédito com mais de um ano de atividade.

O Procapcred beneficia cooperados (pessoas físicas) dedicados a atividades produtivas de caráter autônomo, como produtores rurais, pescadores, empresários, prestadores de serviço autônomos e microempreendedores, além de cooperados e pessoas jurídicas dedicados a atividades de produção rural, pesqueira, industrial, comércio ou serviços, permitindo às cooperativas de crédito elevar seus limites para concessão de crédito. Os recursos, que podem ser usados em investimentos e capital

de giro, poderão ser pagos em até seis anos, com um ano de carência. Terão encargos financeiros pós-fixados a serem cobrados dos beneficiários de financiamentos do Procapcred calculados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente de 9%, acrescida de juros de até 4% ao ano. “O Procapcred favorecerá o desenvolvimento das cooperativas de crédito e permitirá o aumento do seu capital”, resumiu o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Primeiros passos - A idéia de montar um programa de capitalização das cooperativas de crédito surgiu de conversa entre o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, e da Central Sicredi Paraná, Seno Cláudio Lunkes, há quase quatro anos, com base na experiência da Sicredi Cataratas do Iguaçu, que executou um programa pioneiro de capitalização e estava crescendo num ritmo maior que as demais. A Ocepar desenvolveu o projeto e o apresentou à OCB, que o levou para apreciação do Comitê Especializado de Crédito, que sugeriu sua inclusão nas propostas do Grupo de Trabalho Interministerial do Cooperativismo (GTI) ao governo.

“A efetivação desse programa é uma vitória para todo o cooperativismo de crédito, que contribuirá para acelerar o cres-

cimento do sistema. Representa uma nova era para o cooperativismo”, afirma Lunkes. Para o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, esse programa, que era uma reivindicação antiga das cooperativas de crédito, foi viabilizado graças ao trabalho conjunto entre o Conselho Especializado de Crédito da OCB e o Ministério da Agricultura, que se empenharam em colocá-lo em prática.

O gerente de Apoio ao Desenvolvimento em Mercados da OCB, Evandro Ninaut, que integrou o subgrupo Capitalização do GTI, afirmou que foi solicitado ao governo um financiamento de R\$ 3,2 bilhões com objetivo de dobrar o Patrimônio Líquido das cooperativas de crédito. Embora o governo tenha admitido financiar um máximo de R\$ 1,6 bilhão – o que permite ampliar em 50% o PL, ele acredita que ao longo de quatro anos pode-se ampliar esse total. Ninaut considera o programa “um grande negócio” para as cooperativas alavancarem seu capital e, assim, poderem ampliar seus empréstimos. Lamenta que não estão incluídas no programa as cooperativas dos ramos agropecuários e de infra-estrutura.

“Fizemos propostas que tinham condições muito melhores que as aprovadas. A taxa de juros ficou além da que queria-





Recursos podem ser usados em investimentos ou capital de giro

Capitalização foi uma das prioridades apresentadas a Lula

A implantação do Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito era uma das mais importantes reivindicações do cooperativismo de crédito brasileiro e constava entre as prioridades apresentadas pela OCB ao presidente Lula durante solenidade comemorativa ao Dia Internacional do Cooperativismo de 2003. O programa montado previa a disponibilização de R\$ 6 bilhões para financiar o aumento do patrimônio líquido das cooperativas de diversos ramos, a juros entre 6% e 8,75% ao ano. Desse total, R\$ 3,2 bilhões seriam destinados às cooperativas de crédito, R\$ 2,1 bilhões às agropecuárias e outros R\$ 700 milhões distribuídos entre os demais ramos. No entanto, o voto do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estabelece, para o Procapcred, o volume de recursos de “até R\$ 1,6 bilhão, montante suficiente para possibilitar uma elevação de 50% do Patrimônio de Referência – PR atual das cooperativas de crédito e elevar para mais de 3% a participação delas no Sistema Financeiro Nacional – SFN”.

Projetos - A concessão dos financiamentos do Procapcred está sujeita à aprovação, pelo agente financeiro, de projeto a ser apresentado pela cooperativa emissora das cotas partes, definindo os objetivos do plano de capitalização e demonstrando a viabilidade econômico-financeira da cooperativa. Os recursos terão origem no BNDES e poderão ser repassados pelos seus agentes financeiros. O programa foi montado com a previsão de demanda, pelas cooperativas, de R\$ 300 milhões no primeiro ano; R\$ 400 milhões no segundo ano; R\$ 400 milhões no terceiro ano; e R\$ 500 milhões no quarto ano.

mos, mas ainda assim é boa”, afirma o superintendente do Sicoob Brasil, Marco Aurélio Almada, que foi escolhido pelos sistemas Unicred, Sicoob e Sicredi para ser o articulador do subgrupo Capitalização junto ao governo. “No final, a taxa média ponderada que vai ser paga pelo financiamento será menor que a remuneração do capital do associado”, explicou Almada. O mais importante é que a cooperativa se torna melhor, pois hoje “as limitações para ampliar os empréstimos são o capital. Ela vai poder atender melhor ao cooperado e ter uma participação maior no mercado”, frisa o superintendente do Sicoob Brasil.

Para Almada, o Procapcred só tem um defeito: os associados de cooperativas de crédito não ligadas a atividades produtivas ficam de fora. Assim, cooperativas de servidores públicos e de empresas privadas não podem aderir ao programa. No caso do Sicoob, ficam de fora do programa de capitalização cerca de 60% dos associados (aproximadamente de 600 mil), o que representa cerca de 40% dos recursos das cooperativas filiadas. Agora, os sistemas cooperativos aguardam a circular do BNDES que vai detalhar a forma de operacionalização do programa. Enquanto isso, se movimen-

tam para ampliar os limites a serem emprestados através dos bancos cooperativos Bansicredi e Bancoob.

No Sicredi, o Banco Cooperativo Sicredi fará toda a operacionalização do programa entre as cooperativas do sistema. Alcenor Pagnussat, presidente da Confederação Sicredi, afirmou que a distribuição dos recursos considerará a viabilidade econômica e a necessidade de capitalização das cooperativas. O sistema também desenvolverá uma campanha para conscientização dos associados sobre a importância da capitalização de suas cooperativas. No momento, o banco está negociando com o BNDES a possibilidade de repassar a totalidade dos recursos a serem demandados pelas filiadas. Segundo Pagnussat, embora os valores estabelecidos pelo governo sejam de apenas 50% dos solicitados, há uma expectativa otimista em relação ao programa.

PR x empréstimos: O Acordo de Base estabelece novos critérios para o cálculo da concessão de empréstimos aos clientes das instituições financeiras com base no seu patrimônio. Em média, para cada R\$ 100,00 emprestados, a instituição financeira deve ter R\$ 11,00 de Patrimônio de Referência (TR), que é a somatória do capital, das sobras e das reservas.

Sistema

quer administrar

R\$ 1,5 bilhão no Paraná

Dirigentes validaram, em Foz do Iguaçu, planejamento estratégico 2006-2010



Durante o seminário foi lançado o livro sobre os 20 anos do Sicredi Paraná

As cooperativas integrantes do Sicredi Paraná querem chegar ao final deste ano administrando R\$ 1,5 bilhão, afirmou o presidente da Central Sicredi, Seno Cláudio Lunkes, que coordenou, na última semana, o Seminário de Planejamento Estratégico, em Foz do Iguaçu. O evento reuniu cerca de 150 pessoas, entre dirigentes e executivos das 27 cooperativas do Sicredi no Paraná e dirigentes do banco cooperativo e da confederação, com objetivo de avaliar o desempenho do exercício anterior e planejar as ações para este ano. O Sicredi estima fechar este ano com um crescimento de 30% em depósitos a prazo; 20% em depósitos à vista; 51% em cartão de crédito e 90% em poupança. O Sicredi fechou o ano com 222 mil associados no Paraná, mais de R\$ 1,1 bilhão em recursos administrados e espera chegar, até dezembro, a mais de 250 mil associados.

Para alcançar as metas estabelecidas, o sistema planejou suas ações para este ano em quatro eixos principais: crescimento e expansão; relacionamento com os associados; governança corporativa; e tecnologia da informação. Esses eixos fo-

ram definidos no Seminário Nacional de Planejamento 2006-2010, realizado no final do ano passado em São Paulo, com a participação de dirigentes dos novos Estados onde o Sicredi está presente. A busca da transformação das cooperativas de crédito para “livre admissão” continua nos objetivos do Sicredi. Até o momento o governo autorizou apenas duas cooperativas de crédito do Paraná a se transformarem em “livre admissão”: Sicredi Cataratas do Iguaçu e Sicredi Maringá. Significa que elas podem associar pessoas de qualquer categoria profissional da área de ação onde atuam.

Sucessão - Depois de nove anos à frente do sistema, o presidente da Central Sicredi Paraná, Seno Cláudio Lunkes, deixa a presidência da instituição, devendo assumir o atual vice-presidente Manfred Dasenbrock. A eleição da nova diretoria da central ocorre durante a Assembleia Geral Ordinária de prestação de contas a ser realizada no dia 29 deste mês. Lunkes foi membro do conselho diretor da Credifronteiras, constituída em 1983 junto à Cotrefal (hoje Lar), em Medianeira, e sucedeu o presidente Ignácio Donel em 1997, logo após a adesão das cooperativas ao Banco Cooperativo Sicredi. Coordenou o trabalho de

organização e crescimento do sistema já integrado com o Rio Grande do Sul e, depois, com os demais Estados. Sua gestão é reconhecida pela seriedade no cumprimento das normas do Banco Central que regem o cooperativismo de crédito e na busca da consolidação do sistema.

20 anos de história

Durante o seminário, o presidente da Central Sicredi Paraná, Seno Cláudio Lunkes, lançou o livro “Sicredi Paraná 20 anos – Fragmentos da História do Cooperativismo de Crédito”, organizado pelo jornalista Eloy Olindo Setti. O livro conta a história dos 20 anos da Central e a trajetória da organização das cooperativas de crédito no Paraná, a partir de 1982, quando foi constituído, pela Ocepar e Emater PR, o Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito. Naquela época, a legislação era totalmente restritiva ao cooperativismo de crédito. “O livro retrata a determinação dos que acreditaram no sonho de montar um sistema próprio”, afirmou Seno Cláudio Lunkes. ■

Conheça a Europa sem sair do Paraná

Roteiros que levarão
você e sua família conhecer
um pedaço da Europa, seus
hábitos e costumes, trazidos pelos
imigrantes holandeses,
eslavos e germânicos.

Pacotes exclusivos que lhe
proporcionarão momentos
inesquecíveis, passando
pelas Colônias Witmarsum,
em Palmeira, Castrolanda,
em Castro, Batavo,
em Carambeí, Entre Rios,
em Guarapuava, Arapoti,
Ponta Grossa e Prudentópolis.

Uma verdadeira viagem de
imersão em cooperativismo,
cultura, religião,
gastronomia e utilização de
modernas tecnologias
agrícolas, que tornaram
essas regiões modelos
de produtividade
e de desenvolvimento.

Aceite esse nosso
convite, contate hoje
mesmo seu agente
de viagem ou fale conosco.

Cooptur

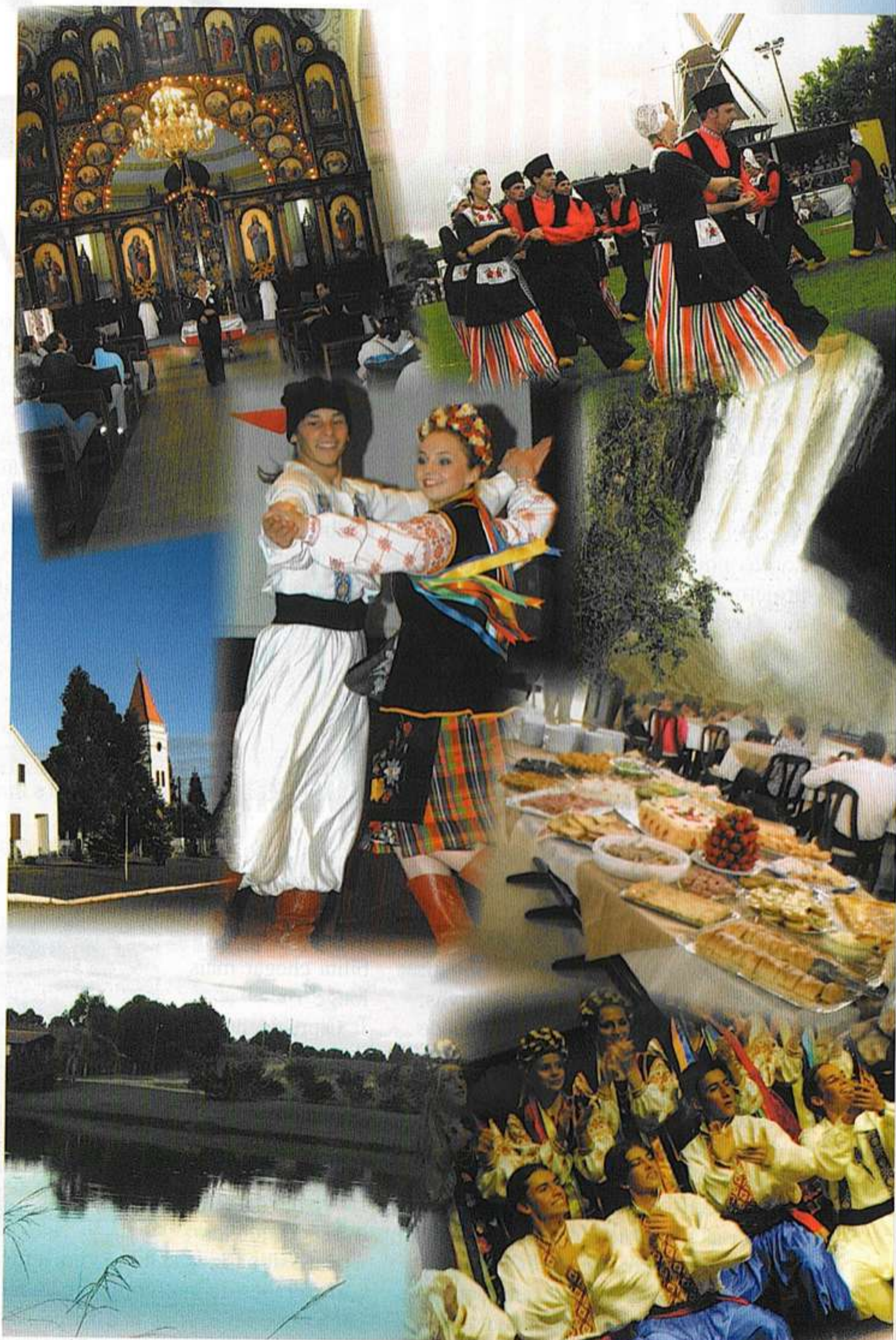
Cooperativa Paranaense
de Turismo.

Rua Julia Wanderley, 415
Ponta Grossa - PR

Fone: (42) 3223-4771

info@cooptur.coop.br

www.cooptur.coop.br



Prêmio



Cooperativa do Ano 2006

Já estão abertas as inscrições ao Prêmio Cooperativa do Ano 2006, que nesta sua terceira edição teve ampliada para seis o número de categorias, com a abertura de mais cinco ramos do cooperativismo à apresentação de projetos. Além do ramo Agropecuário, que terá oito subcategorias, poderão concorrer ao Prêmio projetos dos ramos Crédito, Consumo, Transportes, Saúde e Infra-estrutura. As inscrições devem ser feitas até o dia 10 de maio deste ano, pelo Correio ou nos sites da OCB

(www.ocb.org.br) e da revista Globo Rural (www.revistagloborural.com.br).

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, afirma que o Prêmio tem servido para estimular as cooperativas a adotarem modernas técnicas de gestão e apontou a parceria da OCB com a revista Globo Rural como sendo de importância estratégica para se atingir tal objetivo. O editor da revista, jornalista Paulo Soares, destacou o crescente número de cooperativas que vêm participando do Prêmio e estimou que a abertura à participação de outros ramos do cooperativis-

mo deverá fazer com que, em 2006, a premiação tenha uma participação recorde de trabalhos apresentados. Os projetos, que podem ser inscritos até dia 10 de maio de 2006, deverão conter a descrição do caso com origem, solução e resultado, além de informações gerais, como histórico da cooperativa, principais atividades, produtos, serviços, número de associados, funcionários e região de atuação. Nas duas primeiras edições (2004/2005), o cooperativismo paranaense se destacou pelo número de cooperativas inscritas e vencedoras do prêmio.

MBA em cooperativismo

“Investir em liderança é visão estratégica e é futuro”, declarou o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, durante o lançamento dos cursos de especialização Lato Sensu: MBA em Gestão de Cooperativas, MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito e MBA em Gestão Social e Desenvolvimento Local. A iniciativa é uma parceria firmada entre a Fundação Pedro Leopoldo, de Minas Gerais, detentora da metodologia, a revista Gestão Cooperativa, gestora comercial do Projeto, e a Organização das Cooperativas do Distrito Federal, OCDF. O presidente da OCB lembrou ainda que cooperativa é um negócio que tem que ser tratado com profissionalismo. “O mercado exige cada vez mais profissionais capazes que entendam do seu negócio, por isso somos apoiadores desta iniciativa”. Para ele, “investir em lide-

ranças e formar pessoas com capacidade de correr mais riscos possibilita chegar mais longe”.

O presidente da OCB/DF, Roberto Marazi, avalia que a iniciativa está inserida nas tendências do cooperativismo contemporâneo que são: a profissionalização da gestão; a formação de redes de intercooperação; a educação cooperativista e a responsabilidade social. Entre as autoridades, estiveram presentes o presidente da Frencoop, deputado federal Odacir Zonta (PP/SC), e o coordenador-geral de Apoio ao Agronegócio Cooperativo do Minis-



tério da Agricultura, Agamenon Leite Coutinho. O início do curso está previsto para a segunda quinzena de março e terá duração de 18 meses com a presença de 30 alunos em cada turma. Mais informações pelos telefones (61) 3345-3036 ou 3245-7937, e também e-mail: ocdf@ocdf.org.br

Pessuti assina resolução sobre fertilizantes

Atendendo a uma solicitação da Ocepar, o vice-governador e secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), Orlando Pessuti, assinou no dia 7 de fevereiro a Resolução número 008/06, que dispõe sobre a comercialização e armazenagem dos fertilizantes.

A nova resolução trata das informações inscritas nas notas fiscais de venda e em rótulos ou etiquetas das embalagens de fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes comercializados no Estado. Essa resolução, que substitui a de número 063/03 e suas alterações, também disciplina o armazenamento do produto em pilhas ou blocos. A solenidade de assinatura aconteceu no auditório da Seab, em Curitiba, e contou com a presença do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Na prática, a nova resolução reduz os custos para as cooperativas, que não precisam aumentar os espaços de armazenagem, além de agilizar o processo de repasse de fertilizantes, com a redução da burocracia.

Segundo o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra, as normas previstas na Resolução 63 tornavam o processo mais burocrático e, portanto, demorado, pois era necessário identificar no rótulo todas as informações sobre o produto. Além disso, muitas cooperativas não dispunham de espaço suficiente para a armazenagem. Com a assinatura da nova resolução, as cooperativas do Paraná poderão aproveitar melhor os espaços dos armazéns e aperfeiçoar a logística de distribuição de fertilizantes aos seus cooperados.



Pessuti e Koslovski: resolução atende a antigo pleito do cooperativismo

Confira as exigências que passam a valer:

1. A nota fiscal de venda de fertilizantes e congêneres ao consumidor final por estabelecimento revendedor deverá especificar a identificação do fabricante e número de registro do produto.

2. As embalagens contendo fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes dispostas em estabelecimentos comerciais devem estar agrupadas em pilhas ou blocos uniformes quanto à identidade do fabricante e as garantias do produto.

3. A nota fiscal de venda ao consumidor de produto a granel deverá especificar o número do lote ou da partida e a quantidade produzida; a data de fabricação e o prazo de validade; as garantias e a natureza física e química do produto.

4. A indústria deverá especificar na nota fiscal de venda o registro do produto; o número do lote; a identificação do fabricante e seu registro e as garantias do produto.

Em relação à resolução anterior (número 063/03), a principal alteração foi a desobrigação de constar na nota fiscal de venda o número do lote e as garantias do produto e empilhamento individual identificado por lote de fabricação. Essas alterações foram obtidas em função de um trabalho conjunto com a Secretaria da Agricultura, através de um grupo técnico especialmente criado para isso, que visitou cooperativas e indústrias, verificando “in loco” as particularidades do setor. ■



Técnicos analisam estado do rebanho

Paraná já perdeu R\$ 79 milhões

Problema revela necessidade de combate integrado à doença

A confirmação da existência da febre aftosa nas seis propriedades paranaenses que receberam animais do Mato Grosso do Sul foi mais um capítulo da crise que afeta a agropecuária estadual. Cálculos da Gerência Técnica da Ocepar apontam que as perdas com a doença no Estado são de, no mínimo, R\$ 79 milhões por mês, considerando uma diminuição de exportações próxima a US\$ 11 milhões/mês (cerca de R\$ 25 milhões), incluindo bovinos e suínos, além de uma

perda de receita de 54 milhões aos produtores, devido à queda de preços.

Flávio Turra, gerente técnico-econômico da Ocepar, destaca a necessidade do sacrifício dos bovinos. Segundo Turra, com o sacrifício do último animal e a partir do comunicado à OIE, o Paraná pode retomar, em seis meses, a condição de área livre com vacinação. Esse status foi conquistado em maio de 2000, após anos de investimentos em sanidade animal. No caso do abate sanitário em frigo-

rífico, o Estado levaria 18 meses para recuperar o status.

O problema da aftosa se arrasta no Estado desde 21 de outubro do ano passado, quando foi anunciada a primeira suspeita da aftosa, por causa do vínculo epidemiológico com o rebanho do Mato Grosso do Sul. No dia 19 de fevereiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) comunicou à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) a ocorrência de seis focos de



Conesa optou pelo sacrifício

febre aftosa em propriedades rurais dos municípios de Bela Vista do Paraíso, Grandes Rios, Maringá e Loanda. Esses focos estão nas fazendas que já estavam interditadas pelo serviço veterinário estadual, de acordo com a Secretaria de Defesa Agropecuária.

No total são sete focos da doença confirmados no Estado. O primeiro foco, na Fazenda Cachoeira, em São Sebastião da Amoreira, foi notificado à OIE no dia 5 de dezembro de 2005. Os seis focos divulgados no dia 20 têm, juntos, um rebanho estimado em 4.500 animais, localizados nas seguintes propriedades: Fazenda Flor do Café (Bela Vista do Paraíso); Fazenda Santa Izabel (Grandes Rios); Fazenda Cusumar e Fazenda Pedra Preta (Maringá); Fazenda Alto Alegre e Fazenda São Paulo (Loanda).

O Ministério da Agricultura autorizou

o governo do Paraná a sacrificar os animais e no final de fevereiro o governo estadual liberou R\$ 786,2 mil para cobrir os custos com o sacrifício dos 6,5 mil animais com suspeita de contaminação. Os procedimentos para o sacrifício, incluindo a abertura de valas, começaram após o Carnaval.

Avaliação - No início de fevereiro foi feita a avaliação das 1.795 cabeças de gado da Fazenda Cachoeira, onde o Ministério da Agricultura anunciou o primeiro foco de febre aftosa. A Ocepar, uma das entidades que compõem o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado (Fundep), participou da avaliação do rebanho. O gado foi avaliado por representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, Federação da Agricultura e Fundep. A avaliação do rebanho foi estimada em R\$ 1,2 milhão.

Para o analista técnico-econômico da Ocepar, Robson Mafioletti, que participou da avaliação, está clara a importância de se resolver o problema da aftosa com uma política integrada de combate à doença e que envolva países do Mercosul.

Importância do sacrifício - Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e do Fundep, e Péricles Salazar, presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Paraná (Sindicarne), se posicionaram a favor do sacrifício porque assim os prejuízos dos produtores do Paraná serão abreviados e o Estado será liberado em menor espaço de tempo como área livre da doença com vacinação. “Espero que as autoridades cumpram sua parte e o sacrifício dos animais seja feito logo, para que possamos voltar a exportar”, disse Salazar.

Impactos da aftosa na exportação de carnes suína e bovina no Paraná e no Brasil (US\$).

Atividade		Paraná	Brasil
Suinocultura	Média mensal de exportação (jan. a set.05)	\$15.758.644,33	\$95.198.702,11
	Média mensal de exportação (nov. e dez. 05)	\$8.581.239,50	\$74.456.475,00
	Perda mensal de exportação	-\$7.177.404,83	-\$20.742.227,11
Bovinocultura	Média mensal de exportação (jan. a set. 05)	\$7.114.126,67	\$214.706.659,89
	Média mensal de exportação (nov. e dez. 05)	\$3.361.917,00	\$166.381.800,50
	Perda mensal de exportação	-\$3.752.209,67	-\$48.324.859,39
PERDA TOTAL MENSAL EM EXPORTAÇÕES		-\$10.929.614,50	-\$69.067.086,50

Fonte: Dados Básicos Aliceweb, elaboração GETEC/OCEPAR.

Avenida do Leite em Curitiba

Objetivo é divulgar os produtos do Paraná



Visitantes poderão degustar os produtos...



... e conhecer toda a cadeia produtiva

Através de convênio, o Sindileite, a Faep e a Secretaria Municipal do Abastecimento de Curitiba promovem, de 4 a 9 de abril, em Curitiba, uma apresentação dos produtos lácteos do Paraná. Para isso, toda a decoração do Mercado Municipal – uma referência em Curitiba, que consome 37% da produção do Estado terá o leite como temática. A idéia é promover o leite e derivados produzidos no Estado.

Ao lado do prédio que abriga o Mercado, por onde passam 173 mil consumidores por semana, será reproduzida toda a cadeia produtiva do leite, para que a população conheça a qualidade dos produtos, bem como a importância econômica e social dessa produção no Estado. Estudantes das escolas da capital do Estado também visitarão a exposição sobre a cadeia produtiva do leite. Haverá ainda degustação dos produtos das cooperativas e empresas do Pa-

raná. A solenidade de abertura acontece, no dia 5 de abril às 11 horas.

Promoção do agronegócio - Segundo o consultor da Ocepar e presidente do Sindileite, Wilson Thiesen, a apresentação sobre o leite é o primeiro passo para uma ampla divulgação da importância do agronegócio paranaense. Posteriormente, poderá ser divulgada outras cadeias do agronegócio, como o da carne, frutas, café, entre outras. “Queremos estimular o consumo de produtos paranaenses, que geram empregos e renda dentro do Estado”, resume Thiesen.

Recorde – A atividade leiteira tem bons números para apresentar no País. As exportações brasileiras de produtos lácteos bateram novo recorde em 2005, atingindo US\$ 130,1 milhões. Desse total, US\$ 60 milhões referem-se a produtos de cooperativas, o equivalente a 45% do total. As importações foram de US\$ 121,2 mi-

lhões, deixando um novo superávit para a balança de US\$ 8,9 milhões. Os números são da OCB e da Confederação Brasileira de Laticínios (CBCL).

A atividade leiteira no Brasil esteve marcada historicamente pelas vultosas importações. No início do Plano Real, em 1995, os gastos com as compras externas de produtos lácteos superaram a marca de US\$ 600 milhões. Hoje, porém, a realidade do setor é bem diferente. Pela primeira vez, em 2004, o setor alcançou superávit na balança comercial de lácteos. Naquele ano, as importações totalizaram US\$ 83,9 milhões, apenas 14% do valor registrado em 1995, enquanto as vendas externas de produtos lácteos atingiram US\$ 95,4 milhões. Como resultado, o setor alcançou o superávit de 11,5 US\$ milhões. Estima-se que 45% dessas exportações foram realizadas pelas cooperativas. ■



MELHOR GESTOR ESPECIALISTA DE FUNDOS DE RENDA FIXA.

O Guia EXAME 2005 – Os Melhores Fundos de Investimento elegeu o Banco Cooperativo SICREDI o Melhor Gestor Especialista de Fundos de Renda Fixa.

O ranking atribuiu ainda ao SICREDI FI Invest Plus Curto Prazo a cotação de cinco estrelas, pontuação máxima da avaliação, pela segunda vez consecutiva.

O Banco Cooperativo SICREDI é uma das empresas do Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, o qual congrega 132 cooperativas de crédito singulares no Brasil, com 868 unidades de atendimento e mais de 900 mil associados.

www.sicredi.com.br



Cooperativas

discutem Protocolo de Cartagena

Curitiba é sede de debates sobre biossegurança e biodiversidade

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, tratado ambiental internacional aprovado em janeiro de 2000 e que entrou em vigor em setembro de 2003, foi tema de debate entre dirigentes e técnicos das cooperativas paranaenses, no dia 3 de fevereiro. A reunião aconteceu em Cascavel, na sede da Coopavel.

O evento foi promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ocepar e Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB). O objetivo do encontro foi apresentar o conteúdo do Protocolo às cooperativas e buscar um posicionamento do setor, para auxiliar a OCB na defesa dos interesses cooperativistas em discussões junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Regras - Os organismos vivos modificados (OVMs) sujeitos a movimentação transfronteiriça devem ser manuseados, embalados e transportados em condições de segurança. As regras representam uma importante obrigação que deverá ser seguida pelos Estados-parte, e representa o grande tema do protocolo em negociação atualmente. A implantação do artigo 18, parágrafo 2(a), que trata da identificação de cargas ou carregamentos de OVMs do tipo *commodities*, como soja

e milho, é o foco principal da discussão no Brasil.

O Brasil e a Nova Zelândia são os únicos países dos 131 signatários que defenderam a manutenção da expressão “pode conter OVMs”, os demais países querem alterar para “contém OVMs”.

A Ocepar defende a utilização do texto “pode conter OVMs”, que identifica a possibilidade de presença de OVMs na carga, levando em conta que os produtos contidos já tenham sido aprovados comercialmente, e, portanto, que tenham passado por todos os testes necessários para garantia de sua segurança, não implicando em aumentos significativos nos custos de análise. A posição da entidade já foi informada ao Governo Federal através de ofício enviado, no dia 13 de fevereiro, aos ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Casa Civil, Defesa, Meio Ambiente, Agricultura, além das pastas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Protocolo de Cartagena prevê que informações detalhadas sobre os possíveis OVMs presentes na carga devem ser depositados no banco de dados, que reunirá informações sobre os produtos autorizados em cada país, o Biosafety Clearing-House.

O Protocolo é um tratado internacio-





Dirigentes e técnicos das cooperativas conhecem detalhes do Protocolo

nal que, entre outras finalidades, exigirá dos países signatários uma série de regras na compra e venda de organismos vivos modificados (OVMs), como por exemplo a rotulagem dos produtos. Atualmente, 80 milhões de hectares de organismos geneticamente modificados são cultivados no mundo. Cerca de 6% desse total estão em território brasileiro, um dos países signatários do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Convenção - Curitiba sedia em março importante iniciativa da ONU sobre a diversidade biológica. São esperadas milhares de pessoas, de mais de 180 países. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É uma das mais importantes convenções ambi-

entais e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos.

A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionadas à biodiversidade. Assinaram a CDB 188 países, dos quais 168 a ratificaram, tornando-se parte da Convenção.

A CDB tem definido marcos legais e políticos mundiais que orientam a gestão da biodiversidade em todo o mundo, entre eles o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que estabelece as regras para a movimentação transfronteiriça de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) vivos. O objetivo do protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência segura, manipulação e uso de organismos vivos modificados (OVMs).

Entenda os eventos que Curitiba sedia em março:

COP 8 – De 20 a 31 de março

É a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Funciona como a instância máxima de decisão da convenção.

MOP 3 – De 13 a 17 de março

É a terceira reunião das partes signatárias do Protocolo de Cartagena. Por enquanto, foram realizadas duas reuniões (Meeting of Parts), uma na Malásia e outra no Canadá.

**Cresce a
participação
em programas
ecológicos da
cooperativa**

Ações

ambientais na Cocamar



O programa Cocamar Ecológica, desenvolvido pela cooperativa, encerrou 2005 com um número surpreendente: 61.856 crianças participaram da programação que foi realizada em escolas públicas de dezenas de municípios do Paraná e, pela primeira vez, de Santa Catarina.

Ao participarem do programa, que é mantido desde 2002, elas assistem a palestras sobre lixo seletivo, reciclagem e meio ambiente, e têm a oportunidade de se envolver em uma ação prática em que trazem de casa embalagens pet e longa vida, entregando todo esse material para as equipes do Cocamar Ecológica, em troca de brindes.

O objetivo do programa é conscientizar as crianças, que aprendem que, em vez de atirar essas embalagens e outros tipos de materiais recicláveis no ambiente, elas podem contribuir para a redução da poluição ambiental.

Os números da participação de crianças no programa são crescentes. As 61.856 crianças de 2005 representam um acréscimo de 50% sobre as quase 40 mil de 2004.

O Cocamar Ecológica é realizado também em conjunto com redes de supermercados, motivando os consumidores

e entregarem aqueles tipos de embalagens. O programa recolhe e destina tudo para cooperativas de recicladores de rua de Maringá. Estes fazem o recolhimento no dia-a-dia e comercializam o material junto a empresas de reciclagem, capitalizando os recursos financeiros, revertidos na melhoria de sua qualidade de vida.

Matas ciliares - A Cocamar viabilizou em 2005 mais 4 mil exemplares do manual "Recomposição de Matas Ciliares no Estado do Paraná", de autoria da engenheira florestal Sueli Sato Martins, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Esse trabalho havia sido lançado pela cooperativa em 2004.

Juntamente com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), com apoio da UEM e da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Maringá (Amea), e depois com uma nova edição publicada pelo Sistema Ocepar, foi providenciada uma segunda edição, com 2 mil exemplares, mesma tiragem do ano. O objetivo foi apoiar as ações do governo do Estado na recomposição das matas ciliares, sendo de grande utilidade para os profissionais que atuam na orientação aos produtores.

Campo Limpo - Com a presença de vá-

rias autoridades da área ambiental, além de lideranças de produtores rurais, a Cocamar realizou, no dia 19 de agosto, em sua Central de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos, o Dia do Campo Limpo. O objetivo dessa iniciativa, realizada pela primeira vez em todo o Brasil pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), e que deverá acontecer todos os anos a partir de agora, foi chamar a atenção dos agricultores para a correta destinação das embalagens vazias de agrotóxicos. O Brasil é considerado uma referência mundial em relação a este assunto e o Paraná é o Estado com maior volume de recolhimento.

Ações Sociais - Milhares de famílias carentes de Maringá e de municípios localizados na região de abrangência da cooperativa foram diretamente beneficiadas em 2005, por meio de mais de 220 entidades cadastradas, com os programas assistenciais da Cocamar. Como acontece há anos, foi feita a arrecadação de alimentos, material escolar, agasalhos e brinquedos, tudo passando pelas mãos de centenas de voluntários. Estes, contribuíram com seu tempo e dedicação na classificação dos gêneros alimentícios.

Produtos feitos com **Amor** tem muito mais **Sabor**,
e o resultado é muito sucesso nas vendas.

3º Lugar
Marca mais
vendida



4º Lugar
Marca mais
vendida

Veja nossa linha de produtos



Lar

A MARCA DO CORAÇÃO

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR
Av. Brasília 1220 - Bairro Condô - Medianeira - PR
Fone: (45) 3264-8800 - Fax: (45) 3264-8801
SAC: 0800 45-8800 - Site: www.lar.ind.br

Presidente do Cexpar visita a Ocepar



O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, recebeu no dia 23 de fevereiro o presidente eleito do Cexpar (Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná), Néri Becchi Dal Prá. Na oportunidade o dirigente apresentou o programa de trabalho do Centro e comentou sobre as prioridades para o setor do agronegócio. Dal Prá conversou demoradamente com Koslovski sobre os problemas que afetam a renda do setor primário da economia, que têm reflexos na exportação e na geração de empregos. Ouviu do presidente da Ocepar um resumo da situação da safra e do endividamento do setor agropecuário. Integram também a diretoria executiva da entidade, Dieter Lengning, 1º vice-presidente, e Júlio Maito Filho, como 2º vice.

Estudantes franceses percorrem o Paraná



Vinte e cinco estudantes franceses da Escola Agrícola de Braice, Distrito de Nantes, na França, visitaram a Ocepar. O grupo foi recebido pelo gerente técnico e econômico, Flávio Turra e pelo analista técnico, Gustavo Sbrissia, que fizeram uma rápida apresentação do cooperativismo paranaense. Na seqüência, os es-

tudantes ouviram o assessor jurídico, Paulo Roberto Stoberl, e o assessor da diretoria, Guntolf van Kaick, sobre a legislação ambiental no Brasil. O grupo estava acompanhado do professor Michel Monnier. Antes de Curitiba os estudantes conheceram propriedades em diversas regiões do Estado e estiveram visitando o Show Rural Coopavel 2006.

Soja transgênica ou convencional

Com o objetivo de orientar aqueles produtores, que optaram pelo plantio tanto de soja convencional como transgênica, sobre os principais cuidados que devem ter na separação dessas cargas na hora de entregar o produto na cooperativa e também da utilização de sementes certificadas, o Sistema Ocepar realiza uma campanha institucional na mídia paranaense. Durante o mês de março e início de abril, jornais de cooperativas e alguns veículos do interior estarão reproduzindo dois anúncios sobre o assunto. Também estão sendo veiculados anúncios em outdoors espalhados pelo Estado e inserção de dois spot's em emissoras de rádio.



STJ reconhece importância do cooperativismo

“A sociedade cooperativa, como sociedade de pessoas, é organização societária distinta das sociedades comerciais, pois se constitui com o objetivo de prestar serviços aos seus associados, para o exercício de uma atividade econômica determinada, de proveito comum e sem intuito de lucro”. Este é um trecho do parecer da paranaense. Denize Arruda, Ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu, através do Recurso Especial 523833, relativo à tributação da COFINS sobre os atos cooperativos próprios das entidades albergadas na Lei 5.764/71, que a questão tem sido decidida pelas Turmas da 1ª Seção no sentido da sua não incidência. Esse entendimento firmou-se a partir do julgamento da 1ª Seção com base no art. 14, II, do RISTJ. Neste mesmo recurso, a Ministra, ao proferir voto-vista, ainda afirma que “a relação que se estabelece é entre a cooperativa e o sócio-cooperado, ou entre o sócio e a cooperativa. Concentra-se o ato cooperativo, portanto, entre a sociedade e as mesmas pessoas que a integram. Por isso mesmo, o ato praticado pela cooperativa com terceiros é como se fosse ato do próprio cooperado. É, por isso, sociedade atípica e peculiar, e seus resultados não se amoldam aos conceitos de receita ou receita bruta ou ainda de faturamento, consoante o estabelecido pelo art. 3º e parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98. Ante tais considerações, pode-se afirmar que a cooperativa, como sociedade, não tem lucro, pois as sobras serão destinadas aos associados, o mesmo ocorrendo com os prejuízos, que também são suportados pelos mesmos (Lei 5.764/71, arts. 4º, VII, e art. 80). Sob minha ótica, o legislador regulou as sociedades cooperativas pelo espírito de solidariedade e ajuda mútua de que se revestem essas sociedades, e tratá-las de modo similar ao tratamento que se dá às sociedades comerciais seria desnaturar a sua essência(...)”

Novo superintendente do BB

O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, recebeu a visita do novo superintendente do Banco do Brasil, Danilo Angst, que ocupa o cargo desde o início deste ano em substituição a Edmar Mombach, que foi promovido para uma nova função dentro da instituição. Na ocasião, o presidente do Sistema Ocepar expôs ao novo superintendente o cenário de dificuldades por que passa o agronegócio brasileiro, com a queda de rentabilidade no campo, estiagem e a conjuntura desfavorável do câmbio que já pressiona negativamente as exportações brasileiras. Danilo Angst estava acompanhado de Sérgio Mantovani, gerente de mercado para o agronegócio.



Abelardo Lupion assume presidência da Comissão de Agricultura



O deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR) foi indicado pela bancada pefelista na Câmara dos Deputados para assumir a presidência da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em substituição ao deputado federal Ronaldo Caiado (PFL-GO). Segundo Lupion, este ano, a Comissão vai discutir projetos importantes como o da renegociação das dívidas dos agricultores e outros ligados a biotecnologia. Também na pauta, a CPI que analisa o cartel dos frigoríficos.

Federação Unimed

ganha sua sede própria

Palmquist destaca que crescimento é resultado direto de vocação para a prestação de serviços

A Unimed do Paraná – Federação Estadual das Cooperativas Médicas – inaugurou sua sede própria, no bairro Tarumã, no dia 17 de fevereiro.

Diversas personalidades do Sistema Unimed participaram da cerimônia de inauguração, entre elas o fundador do Sistema Nacional Unimed, Edmundo Castilho, o representante da Unimed Brasil, Almir Adir Gentil, o presidente da Central Nacional Unimed, Mohamed Akel, o presidente da Unimed Seguros e também presidente da Unimed Federação de Santa Catarina e representante da Unimed Mercosul, Dalmo Claro de Oliveira, e o presidente da Unimed Participações, Robertson D'Agnoluzzo. Também participaram do evento o presidente do Sistema Ocepar/Sescoop, João Paulo Koslovski, presidentes e diretores das singulares do Paraná, além de presidentes, diretores e representantes de entidades médicas do Estado.

O presidente da Federação Unimed, Luiz Carlos Palmquist, em seu pronunciamento, afirmou que o crescimento físico da federação é resultado direto de sua natural vocação para a prestação de serviços. “A Federação, por sua vocação de prestadora de serviços para o Sistema Unimed Estadual, nas mais diversas áreas, obrigou-se a um crescimento exponencial, em função das demandas, e da complexidade crescente do ramo em que atuamos”, afirmou Palmquist.

Entre os inúmeros aspectos positivos de se estar em casa própria, Palm-



Nova sede garante maior conforto aos 157 colaboradores

quist destacou o fato de as reuniões do Sistema Unimed Paranaense acontecerem na sede social da Federação. Ele também falou sobre o conforto do prédio. “Construímos um ambiente confortável, que permitirá a cada um de nossos 157 colaboradores o melhor entorno para o desempenho de suas atividades”, enfatizou. Palmquist finalizou a cerimônia agradecendo aos atuais membros da diretoria executiva, gerentes, coordenadores, colaboradores, dirigentes das singulares e membros do Conselho Fiscal pela participação na realização desse projeto.

Desde sua fundação, em 1979, até



João Paulo, Edmundo Castilho, Almir Gentil e Palmquist descerram a fita

1986, a Federação do Paraná funcionou na sede da Unimed Curitiba, na Rua Clotário Portugal, 258, época em que o Manoel Stenghel Cavalcanti presidia as duas cooperativas. Desde então, passou por diversos endereços, mudando para espaços maiores, até conquistar sua sede própria.

Ações sociais e cooperativistas

Unimed Pato Branco investe em programas de desenvolvimento humano

As ações de responsabilidade social realizadas pela Unimed Pato Branco se intensificam a cada ano, com amplos programas voltados ao desenvolvimento humano e qualidade de vida. De acordo com o presidente da cooperativa, Edson Fressato, a Unimed Pato Branco entende como indispensável ter um posicionamento solidário, um dos princípios do cooperativismo. “O primeiro passo para uma postura de organização com responsabilidade social foi focar em ações integradas com as principais entidades representativas da região, colaboradores internos, terceirizados, fornecedores, clientes, governo, enfim, com a sociedade como um todo”, observa Fressato.

Exemplo disso é a “Campanha do Agasalho: Doe Calor a Quem Tem Frio”, há anos organizada pela Unimed Pato Branco e que arrecadou toneladas de doativos em 2005, distribuídos às famílias carentes. Além disso, detalha Fressato, outras iniciativas são efetivadas com a orientação de respeitadas organizações como Instituto Ethos, Ibase e Akatu.

A Unimed atende desde crianças, com incentivo a escolinhas esportivas, até gestantes, com o Programa Baby Méd. Também há programas voltados para a terceira idade, com ações preventivas de saúde, caminhadas e atividades físicas freqüentes, acompanhadas por profissionais de nível superior nas especialidades envolvidas.

Entre os projetos sociais da Unimed Pato Branco, podem ser destacados também Lixo e Papel Reciclado; Esporte em Ação; Orientando para a Saúde; Adote uma Escola; Caminhada na Praça; Volun-



tariado; panfletagens com orientações preventivas de saúde; vacinação contra a gripe; atenção ao hipertenso e ao diabético; Equipe em Forma, com atividades internas de condicionamento físico; coleta de pilhas e baterias; Campanha do Agasalho; Campanha Natal Sem Fome; campanha de incentivo a doação de órgãos; Carnaval Consciente, e evidenciando a importância do uso do preservativo; Concurso Anual de Redação; Papai Noel Verde nos hospitais; além de disponibilizar consultas gratuitas para entidades beneficentes.

O resultado de tudo isto se vê no reconhecimento, com o Selo de Responsabilidade Social em 2004 e 2005, concedido pela Unimed Brasil, e a Conquista do Prêmio Sucesso Empresarial – Categoria Empresa Cidadã, num reconhecimento do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Pa-

raná – IBQP, do Movimento Paraná Competitivo, do Sebrae, do Grupo Gerdau, tendo apoio do Movimento Brasil Competitivo, da Fiep, do Governo do Paraná e da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, além da execução da avaliação e premiação envolvendo as principais entidades de classe de Pato Branco: Coordenadoria Regional da Fiep, Sindicomércio, Associação Comercial e Empresarial, Sindicato dos Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares; Sebrae Regional, Faculdade Mater Dei, Faculdade de Pato Branco e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

“É uma satisfação poder contribuir com as necessidades da comunidade adotando posturas que pensam no presente, mas que, conscientemente, atuam em ações responsáveis em relação ao nosso futuro”, finaliza Fressato. ■

INDICADORES ECONÔMICOS



INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Jun 06	Dez 05	Nov 05	Out 05	Set 05	Ago 05	Jul 05	Jun 05	Mai 05	Abr 05	Mar 05	Fev 05	Jan 05	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Taxa inflação	IPCA	0,59	0,36	0,55	0,75	0,35	0,17	0,25	-0,02	0,49	0,87	0,61	0,59	0,58	5,69	7,60	9,30	12,53	7,67	5,97
	IGP-Di	0,72	0,07	0,33	0,63	-0,13	-0,79	-0,40	-0,45	-0,25	0,51	0,99	0,40	0,33	1,23	12,13	7,66	26,41	10,40	9,80
Taxa desemp.	%	9,20	8,30	9,60	9,60	9,60	9,40	9,40	9,40	10,20	10,80	10,80	10,60	10,20	9,96	11,48	12,32	7,14	6,23	7,14
Taxa de Câmbio	R\$/US\$	2,27	2,29	2,21	2,26	2,29	2,36	2,37	2,41	2,45	2,58	2,70	2,60	2,69	2,44	2,93	3,08	2,92	2,35	1,83
Taxa Selic	%	17,65	18,24	18,86	19,25	19,60	19,75	19,72	19,75	19,61	19,32	18,97	18,47	17,93	19,20	17,51	23,37	20,44	19,05	16,19
TJLP	%	9,00	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	11,01	10,00	10,00	9,75
TR	%	0,233	0,227	0,193	0,210	0,264	0,347	0,258	0,299	0,253	0,200	0,264	0,096	0,188	0,233	0,150	0,379	0,231	0,189	0,173
Balança Com.	Bi US\$	2,84	4,35	4,09	3,69	4,33	3,67	5,01	4,03	3,45	3,87	3,35	2,78	2,18	44,76	33,66	24,79	13,12	2,65	-0,70
Res. Internac.	Bi US\$	56,92	53,80	64,28	60,24	57,01	55,08	54,69	59,88	60,71	61,59	61,96	59,02	54,02	53,80	52,93	46,56	37,06	35,87	33,01

Fonte: FGV, IBGE, Bacen, Mdic - Elaboração: Ocepar/Getec - 2006.

INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Jan 06	Dez 05	Nov 05	Out 05	Set 05	Ago 05	Jul 05	Jun 05	Mai 05	Abr 05	Mar 05	Fev 05	Jan 05	Ano 05*	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Algodão caroço	R\$/@	13,22	13,18	13,19	13,21	13,19	13,16	13,13	13,04	13,12	13,00	12,94	13,19	14,29	13,22	17,03	17,50	9,96	8,28	13,21
Café em coco	kg/renda	3,62	3,34	3,40	3,22	3,23	3,41	3,54	3,83	3,97	3,96	4,13	3,84	3,45	3,61	2,82	2,31	1,56	1,42	3,22
Milho	R\$/Sc	11,87	11,52	11,79	13,08	14,55	15,02	15,87	15,95	15,97	16,26	15,78	13,38	13,02	14,35	15,53	15,73	13,90	8,31	13,08
Soja	R\$/Sc	26,16	25,30	24,24	24,65	25,68	27,61	29,12	29,19	27,81	29,20	31,76	27,01	29,15	27,56	38,42	37,42	25,69	19,06	24,65
Trigo	R\$/Sc	19,29	18,38	17,15	17,30	18,20	19,55	19,73	20,23	21,78	22,93	20,78	19,18	19,60	19,57	24,51	27,24	29,49	15,65	17,30
Cana de açúcar	R\$/t	29,03	28,81	28,75	28,55	28,61	28,65	28,06	27,70	27,89	27,87	27,78	28,22	28,01	28,24	25,77	26,04	20,02	21,06	28,55
Mandioca	R\$/t	85,10	84,20	83,89	84,76	90,54	93,18	95,55	106,71	124,35	128,03	136,35	164,82	187,89	115,02	238,10	197,95	59,08	45,12	84,76
Boi gordo	R\$/@	46,56	48,60	50,48	50,14	47,70	48,47	49,95	50,08	50,53	51,05	52,37	53,93	55,77	50,76	55,89	54,14	45,41	40,21	50,14
Frango vivo	R\$/kg	1,27	1,29	1,33	1,37	1,38	1,38	1,37	1,36	1,37	1,37	1,35	1,33	1,40	1,36	1,44	1,37	1,02	0,86	1,37
Leite cota	R\$/l	0,40	0,39	0,40	0,42	0,43	0,46	0,51	0,52	0,51	0,50	0,48	0,47	0,46	0,46	0,45	0,41	0,30	0,28	0,42
Suíno raça	R\$/kg	1,65	1,81	1,86	2,10	2,13	2,09	1,99	1,89	1,88	2,27	2,55	2,53	2,51	2,13	2,24	1,59	1,17	1,23	2,10

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec - fevereiro/2006. Preços médios mensais recebidos pelos produtores paranaenses

INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00	15,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210	228
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000	403.195
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000	49.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00	700
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780	600
Participação no PIB do Paraná	9,70%	10,50%	13,30%	16,50%	18%	18%
Participação no PIB agropecuário do PR	47%	55%	52%	53%	55%	55%

Fonte: Ocepar/Getec. O PIB do Paraná em 2003 foi de R\$ 94,17 bilhões e o valor bruto da produção agropecuária no Paraná foi de R\$ 28,01 bilhões.



Poder de troca na agricultura Paranaense

Nos gráficos abaixo, podemos verificar que o poder de troca dos produtores rurais está cada vez mais achatado. As margens estão cada vez se comparando a anos anteriores, especialmente no poder de troca com os insumos e maquinários. Os gráficos são produzidos pela Gerência Técnica do Sistema Ocepar, com base nos preços divulgados pelo Departamento Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab). Com esse estudo em mãos, os produtores podem acompanhar melhor quanto é necessário da sua produção para aquisição de um determinado bem de consumo.



SOJA X INSUMOS



MILHO X INSUMOS



TRIGO X INSUMOS



SOJA X MAQUINÁRIO



MILHO X MAQUINÁRIO



TRIGO X MAQUINÁRIO



Pesquisa

garante a competição

Produtividade, rentabilidade e independência são os frutos do investimento em pesquisa cooperativa. A preocupação com o aperfeiçoamento da agropecuária paranaense já perdura quase três décadas. As primeiras iniciativas de respaldo à tecnologia ocorreram em 1972, quando foram firmados convênios com o Ipeame (atual Embrapa), e em 1974 quando as cooperativas assinaram contratos com pesquisadores. A assinatura de um convênio com a Universidade de Viçosa, nos anos 80, foi decisiva para o avanço do projeto. Benjamim Hammerschmidt, o então presi-

dente da Ocepar, explicou aos dirigentes das cooperativas que a intenção das parcerias era "aproveitar ao máximo os laboratórios e a equipe de pesquisadores já existentes nesses centros de pesquisa".

Os trabalhos nesse período eram direcionados à criação de novas cultivares de soja resistentes a doenças e a seca. Outro objetivo era reduzir a dependência da tecnologia das empresas multinacionais. Preocupados com o futuro, os diretores da Ocepar conduziram, em dezembro do mesmo ano uma rodada de cinco reuniões para debater a necessidade de ampliação dos investimentos no setor. Ponta Grossa, Jacarezinho, Maringá,



Francisco Beltrão e Cascavel foram os municípios escolhidos para a realização dos eventos. O resultado dos esforços tornou o cooperativismo do Paraná referência no agronegócio, o que pode ser alcançado graças a atuação de instituições privadas de pesquisa e melhoramento, como a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, Fapa (Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária) e a Coodetec (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola), que conta hoje com 37 cooperativas filiadas e investimentos anuais de cerca de R\$ 7 milhões que atendem aproximadamente 132 mil agricultores.

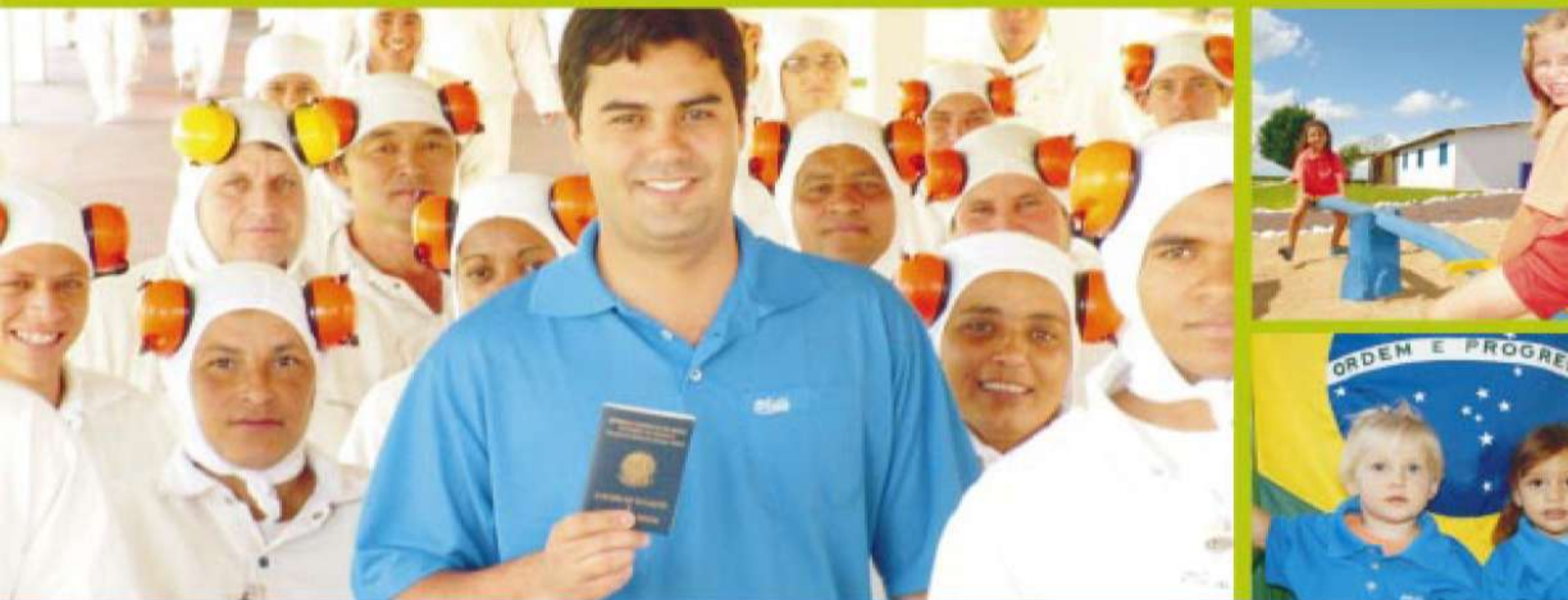
DIVERSIFICAÇÃO

O caminho para a estabilidade



A base do desenvolvimento

**Estamos plantando hoje
o futuro deste país.**



2.000 novos empregos até o final de 2006

Mais tributos para os municípios

Mais renda para os associados

Responsabilidade social



SEPARE SUA CARGA.



É MELHOR PARA VOCÊ!

Se você plantou soja transgênica e soja convencional, a melhor coisa a fazer é separar as cargas.

Na hora de entregar a soja na sua cooperativa, você deverá declarar antecipadamente, na nota fiscal, a carga transgênica.

Separando sua soja, você obtém agilidade e rapidez na hora de comercializar a sua safra.

Maiores informações, consulte a sua cooperativa.

OCEPAR
Organização das Cooperativas
do Estado do Paraná

